



AUTONOMIZAÇÃO DA JUSTIÇA DESPORTIVA

A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL DO DESPORTO

LUÍS MANUEL SOARES SANCHES VIEIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
À FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO
EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROF. DOUTOR JOÃO PACHECO DE AMORIM

JULHO DE 2015

Agradecimentos

As minhas sinceras palavras de agradecimento a quem contribuiu decisivamente para a realização da presente dissertação:

Aos meus pais, ao meu irmão, às minhas avós, à minha tia e restante família, pela dedicação, empenho e esforço hercúleos que me proporcionaram, incondicionalmente, ao longo da vida.

À Daniela, fonte de motivação e insuperável apoio de todas as horas.

À Dona Celeste e ao Senhor Augusto, suportes imprescindíveis.

Aos meus amigos, pelo companheirismo perene, em particular o André.

À Faculdade de Direito da Universidade do Porto, na pessoa do meu orientador, o Professor João Pacheco de Amorim, pela disponibilidade e interesse que me dedicou e pelas competências técnicas, no âmbito do Direito Administrativo, representativas da qualidade da instituição.

Aos cultores nacionais de Direito Desportivo, designadamente o Professor José Manuel Meirim, porto de abrigo seguro para exploradores de conhecimento especializado.

Resumo

A criação do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD) é a força motriz da presente Dissertação. Tema candente do contencioso administrativo nacional, a autonomização da justiça desportiva - ainda em processo de construção -, é o objecto de estudo versado nas próximas páginas. Percorrer-se-á as vicissitudes do procedimento legislativo fundante, bem como a jurisprudência do Tribunal Constitucional a respeito da matéria e a correspondente contribuição da doutrina. Questões conexas e relevantíssimas como a estrutura e organização do TAD, a sua localização, o estatuto dos árbitros, a arbitragem necessária e, sobretudo, a susceptibilidade de recurso das decisões arbitrais para os tribunais administrativos serão igualmente analisadas, de forma cuidada, pela importância de que se revestem na delimitação do tema ora apreciado.

Abstract

The creation of the Court of Arbitration for Sport (CAS) is the driving force of this Dissertation. Relevant issue of national administrative litigation, the autonomy of sports justice - still under construction - is the subject of study versed in the following pages. It will be approached the vicissitudes of founding legislative procedure as well as jurisprudence of Constitutional Court on the matter and doctrine's corresponding contribution. Related and relevant issues such as the structure and organization of CAS, its location, the status of referees, compulsory arbitration and especially the susceptibility of arbitration sentence's appeal in administrative courts will also be carefully analyzed, because of its importance on the delimitation of the theme herein appreciated.

Índice

Introdução.....	6
I - Antecedentes	7
1. O Papel do TAS e da CJD na Génese do TAD	7
1.1. Federações Desportivas e Meios Jurisdicionais Internos	10
1.2. A Arbitragem - Pistas deixadas pela CJD	13
II - O Processo Demiúrgico da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto	15
1. Documentos Fundadores - Proposta de Lei nº 84/XII, Projecto de Lei nº 236/XII e Decreto da AR nº 128/XII.....	15
1.1. A Sede do TAD	16
1.2. O Estatuto dos Árbitros	18
2. A Pronúncia do TC em Sede de Fiscalização Preventiva - Acórdão nº 230/2013 .	21
2.1. Arbitragem Necessária	22
2.2. Insusceptibilidade de Recurso das Decisões Arbitrais	25
3. A Fiscalização Sucessiva Abstracta da Lei nº 74/2013 - Acórdão nº 781/2013	31
3.1. Recorribilidade Excepcional - O Caso do Recurso de Revista para o STA	34
4. A Susceptibilidade de Recurso de Mérito das Decisões do TAD - Lei nº 33/2014.	37
III - O Tribunal Arbitral do Desporto	42
1. Estrutura e Organização	42
1.1. Natureza e Competência.....	43
1.2. Composição e Funcionamento.....	44
1.2.1. O Conselho de Arbitragem Desportiva	45
1.2.2. A Presidência, o Conselho Directivo e o Secretariado.....	46
1.2.3. A Câmara de Recurso	47
1.2.4. Os Árbitros	47
1.3. Serviços Complementares: Consulta e Mediação.....	49
2. Questões Iminentes: Instalação e Entrada em Vigor	51
Conclusão	54
Bibliografia	57

Índice de Abreviaturas

CAD	Conselho de Arbitragem Desportiva
CD	Conselho de Disciplina
CJ	Conselho de Justiça
CJD	Comissão para a Justiça Desportiva
COI	Comité Olímpico Internacional
COP	Comité Olímpico Português
CPTA	Código de Processo nos Tribunais Administrativos
CRP	Constituição da República Portuguesa
DAR 128/XII	Decreto da Assembleia da República nº 128/XII
ETAF	Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
LAV	Lei da Arbitragem Voluntária
LTAD	Lei do Tribunal Arbitral do Desporto
PJL 236/XII	Projecto de Lei nº 236/XII
PPL 84/XII	Proposta de Lei nº 84/XII
PR	Presidente da República
STA	Supremo Tribunal Administrativo
TAD	Tribunal Arbitral do Desporto
TAS	Tribunal Arbitral du Sport
TC	Tribunal Constitucional
TCA	Tribunal Central Administrativo

Introdução

O fenómeno desportivo, como, de resto, qualquer demonstração social, acarreta conflitos provenientes da interacção dos seus agentes. O acréscimo gradual de adesão de atletas às diversas modalidades desportivas e o crescendo de interesse da sociedade - e consequente mediatização - redundam, de forma natural, no aumento de litigância. Em Portugal, a presidir à aplicação dos regulamentos próprios das competições desportivas e à (tentativa de) resolução de litígios daí emergentes encontram-se as instâncias federativas específicas, designadamente o Conselho de Justiça e o Conselho de Disciplina, os proclamados meios jurisdicionais internos da justiça desportiva.

Uma vez esgotados estes meios, os agentes desportivos insatisfeitos com a decisão federativa que lhes couber em sorte têm a prerrogativa de se socorrer de um contencioso em sentido próprio, no seio dos tribunais, mediante:

1. O *Tribunal Arbitral du Sport* sediado em Lausanne, na Suíça, com competência específica para o fenómeno desportivo;
2. A Justiça “comum” nacional, particularmente os tribunais administrativos.

Deste modo, atenta a dificuldade na resolução definitiva de conflitos jurídico-desportivos e concomitante produção de sentenças em ordens jurisdicionais diversas, não raras vezes conflituantes, bem como a especialização e celeridade que o direito desportivo reclama, criou-se a necessidade de instituição de um Tribunal Arbitral do Desporto, em solo nacional, com o objectivo de trazer alguma pacificação ao contencioso desportivo.

Passados 3 anos do início do procedimento legislativo com vista à sua criação, o TAD está em vias de se tornar realidade (o Comité Olímpico de Portugal emitiu recentemente a declaração de instalação do TAD, muito embora seja uma questão controversa, como se verá adiante), pelo que se trata, inegavelmente, de um belo tema, pela sua actualidade e para quem, como nós, abraça o Desporto e o Direito com igual amizade, para servir de objecto à presente dissertação.

Pretende-se, por isso, uma abordagem de conjunto que permita conhecer sumariamente os antecedentes da criação do TAD, nomeadamente a importância do TAS na sua concepção, o contributo da Comissão para a Justiça Desportiva, a mecânica dos meios jurisdicionais internos das federações desportivas e, de passagem, os conceitos de questões estritamente desportivas e caso julgado desportivo.

Descrever-se-á e analisar-se-á o procedimento legislativo que originou a Lei nº 74/2013, de 6 de Setembro, que criou o TAD e aprovou a respectiva lei (LTAD), já alterada pela Lei nº

33/2014, de 16 de Junho, em virtude da intervenção do Tribunal Constitucional, em sede de fiscalização sucessiva abstracta, através do Acórdão do TC nº 781/2013. A jurisprudência do TC, de que faz parte o primevo Acórdão do TC nº 230/2013, em sede de apreciação preventiva da constitucionalidade, será escarpelizada, pela sua relevância conformadora, particularmente no âmbito da arbitragem necessária e da susceptibilidade de recurso das decisões arbitrais do TAD.

Naquele percurso, far-se-á referência a outras questões que a instituição de um tribunal deste cariz acarreta, de que é exemplo o estatuto dos árbitros, necessariamente independentes e dotados de reconhecida competência técnica, e da localização ou sede do TAD, que a LTAD atribuiu ao COP, mas que suscitou debate e controvérsia na doutrina.

Por último, procurar-se-á, depois de alcançada a LTAD definitiva, fazer uma resenha do perfil do TAD, focando aspectos organizativos e processuais, bem como questões prementes, inerentes à constituição do mesmo, como o real momento da sua entrada em vigor, ainda em discussão no instante de conclusão do presente estudo.

Advertência final, que não lamento ou desculpa, para as dificuldades bibliográficas próprias de um processo de instituição em curso. Há um lastro monográfico básico, mas a urgência do tema reclamou o estudo de outras fontes, quicá menos convencionais: a supra-referida jurisprudência, os pareceres de instituições e jurisconsultos de referência no âmbito da consulta legislativa, a opinião da doutrina em artigos de revistas especializadas e outros meios de comunicação social e, finalmente, as propostas, projectos e decretos legislativos que conduziram à LTAD final.

Missão levada a cabo com o desiderato de contribuir para uma melhor compreensão do TAD, um admirável mundo novo do contencioso desportivo nacional.

I - Antecedentes

1. O Papel do TAS e da CJD na Génese do TAD

A necessidade de criação de um Tribunal Arbitral do Desporto, em Portugal, não nasceu de geração espontânea. Na verdade, houve um amplo debate antecipatório que teve como referência as experiências de direito comparado e a intervenção de instâncias internacionais no julgamento de casos jurídico-desportivos, com bons resultados nos seus propósitos.¹ Está-

¹ Como nota NOBRE FERREIRA, o TAS erigiu-se em “instituição prestigiada pela sua intervenção em via de recurso das decisões de todos os Comitês Olímpicos e de todas as Federações Internacionais”, tendo sido debatida a ideia de arbitragem desportiva de litígios, em Portugal, no longínquo ano de 2001, durante um

se a falar, mais concretamente, do TAS, com sede em Lausanne, na Suíça, surgido em 1985, por obra e graça do COI, no sentido de obviar às carências dos agentes desportivos, insatisfeitos com a justiça que se produzia no seio dos órgãos federativos nacionais e internacionais.²

De facto, a justiça desportiva granjeava pouca confiança, uma vez que era decidida em órgãos jurisdicionais próprios das federações desportivas. Sabendo-se que “o desporto é uma realidade hierarquizada, um sistema vertical, com os praticantes e clubes na base e as federações no topo”³, a porta ficava aberta à suspeição no momento em que uma das partes em confronto não se conformasse com a decisão proferida por um daqueles meios de resolução de litígios, principalmente se tratando do atleta ou da agremiação clubística.

Constituindo as federações desportivas, no fundo, associações de direito privado, conquanto detenham estatuto de utilidade pública e desempenhem poderes de autoridade, os seus órgãos, eleitos pelos seus membros, não conseguem afastar a ideia “perigosa” de que a justiça é feita em causa própria, ou seja, de que é uma justiça realizada à medida dos interesses federativos e não de todos os agentes desportivos.

Sem surpresa, os agentes desportivos que se sentiam feridos nos seus legítimos interesses e expectativas, desconfiados da independência dos meios jurisdicionais internos da justiça desportiva, recorriam à justiça civil, à justiça comum, procurando uma solução que lhes parecesse mais equidistante e, conseqüentemente, melhor acautelasse a sua posição fragilizada. O panorama de “fuga para os tribunais do Estado”⁴ não era de agrado do Movimento Olímpico, que pretendia a resolução dos conflitos jurídico-desportivos “em casa”, para garantir a celeridade e a correcção (leia-se, especialização) das decisões. Encontrando-se debilitada a independência dos órgãos desportivos, o desfecho afigurava-se lógico: a criação de uma instância super-partes que assegurasse, *prima facie*, os princípios acima mencionados (celeridade, especialização e independência). Foi neste contexto que surgiu o TAS, forma de resolução de conflitos vinculativa para os Estados aderentes, em sede de recurso das decisões internas das federações.

A experiência internacional de cerca de 30 anos de arbitragem de litígios em matéria desportiva, associada ao “aumento exponencial dos interesses económicos envolvidos na

Seminário Internacional, sob a égide do COP e da APDD. Cfr. NOBRE FERREIRA, Miguel (2007, 26 de Novembro). O Tribunal Arbitral do Desporto. *APDD*.

² Acompanhamos o cenário pintado por MEIRIM em MEIRIM, José Manuel (2013, 13 de Janeiro). O Tribunal Arbitral do Desporto: alguns mitos (1)? *Público*.

³ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2013, 13 de Janeiro). *Ibidem*.

⁴ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2013, 13 de Janeiro). *Ibidem*.

actividade desportiva e o consequente aumento de litigiosidade”⁵, em Portugal, evidenciaram a utilidade de implementação de um meio alternativo de resolução de litígios nacional, à imagem e semelhança do TAS, que evitasse os mesmos problemas que estiveram na génese do tribunal suíço.⁶

Com efeito, a “frequente impugnação das decisões dos órgãos de justiça federativa junto de instâncias internacionais, ou a tentativa de transferir os litígios para os tribunais comuns, com a consequente intoxicação da opinião pública que acaba por descrer da verdade desportiva”⁷ propiciaram, a par de outras razões, a intervenção do Governo no sentido de se criar um grupo de trabalho encarregado de “promover uma adequada conexão entre a justiça e o desporto, formulando propostas de diplomas legais no sentido de se alcançar uma justiça desportiva especializada, uniformizada e simultaneamente mais célere e segura”.⁸

Nasceu, assim, a CJD, no âmbito do Ministério da Justiça e da Presidência do Conselho de Ministros, integrando personalidades destacadas do ambiente jurídico-desportivo nacional, encabeçadas pelo Professor José Manuel Cardoso da Costa. A questão da justiça desportiva especializada passou do plano das intenções e deu o primeiro passo para a sua efectivação concreta. No Despacho instituidor da CJD, estabeleceu-se, como ordem de trabalhos da Comissão, abordar os seguintes aspectos:

- Soluções organizativas e institucionais adequadas para um bom funcionamento da justiça desportiva;
- Competência material do tribunal a criar (impugnabilidade das decisões das federações desportivas, designadamente no âmbito da delegação de poderes públicos, junto de instâncias de natureza arbitral, supra-federativas ou dos tribunais administrativos);
- Alcance da distinção entre litígios sobre direitos disponíveis e litígios sobre direitos indisponíveis;
- Definição precisa dos litígios de natureza estritamente desportiva;
- Articulação entre as propostas a formular e o respeito pela autonomia do Movimento Associativo Desportivo;
- Modo de designação dos juízes;

⁵ Cfr. NOBRE FERREIRA, Miguel (2007, 26 de Novembro). Op. cit.

⁶ NOBRE FERREIRA elenca um conjunto de motivos ponderosos que justificam a introdução de uma forma de arbitragem de litígios desportivos em solo pátrio, de entre os quais se destaca a “sobrecarga do sistema de justiça desportiva, a cargo de órgãos integrados por juristas, ou não, a funcionar em regime de voluntariado, não profissional, muitas vezes alvo da suspeição generalizada dos agentes desportivos derivada da própria génese da sua eleição em listas únicas associadas aos órgãos executivos e, por isso, de algum modo resultantes de lógicas regionais, clubísticas ou de facção”. Cfr. NOBRE FERREIRA, Miguel (2007, 26 de Novembro). Ibidem.

⁷ Cfr. NOBRE FERREIRA, Miguel (2007, 26 de Novembro). Ibidem.

⁸ Cfr. Despacho nº 14534/2010 de 10 de Setembro. Diário da República nº 183 - 2ª Série.

- Garantias da isenção e independência dos juízes que venham a integrar os órgãos de justiça desportiva;
- Direito adjectivo aplicável.”⁹

Apresentados os assuntos fundamentais considerados pela CJD, debruçar-nos-emos, de seguida, sobre alguns deles (designadamente, a clarificação conceptual de federações desportivas, meios jurisdicionais internos, questões estritamente desportivas, caso julgado desportivo e arbitragem de litígios desportivos) pela sua importância na compreensão iniciática do tema, deixando para outras núprias as restantes questões, que surgirão no momento devido.

1.1. Federações Desportivas e Meios Jurisdicionais Internos

O ponto de partida para a construção de uma instância especializada de resolução de litígios desportivos teve, necessariamente, de assentar nos meios jurisdicionais internos das federações desportivas, órgãos contenciosos que vêm produzindo “jurisprudência” há largos anos e funcionando como formas desjudicializadas de produção de sentenças, integradas na organização daquelas federações.¹⁰

As federações desportivas encontram o seu enquadramento legal no Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro, diploma que estabelece o seu regime jurídico, bem como as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva. O conceito é-nos dado logo no art.º 2º:

“As federações desportivas são as pessoas colectivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais, se as houver, praticantes, técnicos, juízes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respectiva modalidade, preenchem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Se proponham, nos termos dos respectivos estatutos, prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos gerais:
 - i) Promover, regulamentar e dirigir a nível nacional a prática de uma modalidade desportiva ou de um conjunto de modalidades afins ou associadas;
 - ii) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
 - iii) Representar a sua modalidade desportiva, ou conjunto de modalidades afins ou associadas, junto das organizações desportivas internacionais onde se encontram filiadas, bem como assegurar a participação competitiva das selecções nacionais;

⁹ Cfr. Despacho nº 14534/2010, de 10 de Setembro. Diário da República nº 183 - 2ª Série.

¹⁰ Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *Tribunal Arbitral do Desporto - Relatório e Projecto*, Ministério da Justiça - Secretaria de Estado da Justiça - e Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, Lisboa, 2011, pp. 2-3.

b) Obtenham o estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública desportiva.”¹¹

As federações desportivas podem assumir dois tipos: unidesportivas ou multidesportivas. Um pouco tautologicamente, enquanto as primeiras “englobam pessoas ou entidades dedicadas à prática da mesma modalidade desportiva, incluindo as suas várias disciplinas, ou a um conjunto de modalidades afins ou associadas”¹² (de que é exemplo a Federação Portuguesa de Futebol), as segundas são aquelas “que se dedicam, cumulativamente, ao desenvolvimento da prática de diferentes modalidades desportivas, em áreas específicas de organização social, designadamente no âmbito do desporto para cidadãos portadores de deficiência e do desporto no quadro do sistema educativo, em particular no do ensino superior”¹³, tal qual a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência.

Não obstante tratem-se de pessoas colectivas privadas às quais se aplica o Decreto-Lei em análise e, subsidiariamente, o regime jurídico das associações de direito privado, a concessão do estatuto de utilidade pública desportiva atribui às federações desportivas “competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública”.¹⁴ A este propósito, refira-se que “têm natureza pública os poderes das federações desportivas exercidos no âmbito da regulamentação e disciplina da respectiva modalidade que, para tanto, lhe sejam conferidos por lei”¹⁵

Por seu turno, “as federações unidesportivas em que se disputem competições desportivas de natureza profissional integram uma liga profissional, de âmbito nacional, sob a forma de associação sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, técnica e financeira” - é o caso da Liga Portuguesa de Futebol Profissional -, a qual “exerce, por delegação da respectiva federação, as competências relativas às competições de natureza profissional”, designadamente “em matéria de organização, direcção, disciplina e arbitragem, nos termos da lei”¹⁶

Clarificada a definição jurídica de federações desportivas, sob a letra da lei, é altura de tentar compreender, pela mesma bitola, a noção de meios jurisdicionais internos. Ora, a

¹¹ Cfr. Art.º 2º, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

¹² Cfr. Art.º 3º, nº 2, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

¹³ Cfr. Art.º 3º, nº 3, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

¹⁴ Cfr. Art.º 4º e 10º, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

¹⁵ Cfr. Art.º 11º, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

¹⁶ Cfr. Art.º 26º, nº 2 e art.º 27º, nº 1 e 4, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

estrutura orgânica das federações desportivas contempla dois órgãos atreitos a decidir conflitos emergentes da prática desportiva. São eles o CD e o CJ.¹⁷

O CD, primeiro patamar decisório da justiça desportiva, tem como função primacial, “sem prejuízo de outras competências atribuídas pelos estatutos, apreciar e punir, de acordo com a lei e com os regulamentos, as infracções disciplinares em matéria desportiva”, integrando na sua composição licenciados em Direito (totalmente, no caso de federações desportivas onde se disputem competições de natureza profissional; apenas o seu Presidente, nas restantes federações).¹⁸

O CJ, por sua vez, funciona como instrumento judicante de recurso, cabendo-lhe, “para além de outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos, conhecer dos recursos das decisões disciplinares em matéria desportiva”¹⁹, mantendo a lógica no que respeita à sua composição e dando, por isso, corpo aos receios enunciados supra por NOBRE FERREIRA.

CD e CJ, eis os órgãos estatutários das federações desportivas responsáveis pela função jurisdicional: 1ª e 2ª instâncias, respectivamente, onde se faz a justiça desportiva em sentido lato, o que se resume à “aplicação das normas federativas - desde logo as disciplinares”.²⁰ Pelo que, quando se fala em esgotar os meios internos da justiça desportiva, não se está a dizer mais do que recorrer impreterivelmente àqueles meios jurisdicionais.

No que respeita à justiça desportiva em sentido estrito, o diploma garante o acesso ao contencioso administrativo quando se trate de “litígios emergentes dos actos e omissões dos órgãos das federações desportivas, no âmbito do exercício dos poderes públicos”, não deixando de salvaguardar “os efeitos desportivos entretanto validamente produzidos ao abrigo da última decisão da instância competente na ordem desportiva”, sendo este o conceito, em traços gerais, de caso julgado desportivo, aliás consagrado na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.²¹ Estão, por isso, garantidos os direitos de acesso aos tribunais e a uma tutela jurisdicional efectiva, valores com dignidade constitucional, que tanta celeuma provocaram (justificadamente, diga-se), conforme se verá infra.

¹⁷ Cfr. Art.º 32º, e) e f), Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

¹⁸ Cfr. Art.º 43º, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

¹⁹ Cfr. Art.º 44º, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série.

²⁰ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2013, 22 de Abril). Porquê a necessidade de um Tribunal Arbitral do Desporto?. *Advocatus*.

²¹ Cfr. Art.º 12º, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Diário da República nº 252 - 1ª Série. E parte final do nº 1 do art.º 18º da Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro. Diário da República nº 11 - 1ª Série. Reconhecido igualmente em direito comparado (a título de exemplo, veja-se no ordenamento brasileiro, o parágrafo 2º do art.º 52º da Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998).

Esgotados os meios jurisdicionais internos - passe o trocadilho - apontaremos, agora, agulhas à exposição de motivos da CJD para a opção pela arbitragem, enquanto meio obrigatório de resolução de litígios desportivos.

1.2. A Arbitragem - Pistas deixadas pela CJD

A intervenção da CJD no prelúdio da criação do TAD, com a emissão do “Projecto do Tribunal Arbitral do Desporto”, foi deveras relevante e produziu ondas de choque até aos dias de hoje (ou não estivessem algumas das suas soluções plasmadas na LTAD). Deste modo, nada melhor do que recorrer ao Relatório produzido pela respectiva Comissão para perceber a opção posterior do legislador pela arbitragem, não deixando de olhar, pelo caminho, a conceitos relacionados, como o de questões estritamente desportivas.

A solução preconizada pela CJD assentava em dois pressupostos fundamentais: o respeito pela jurisdição federativa interna, estipulando-a como primeiro passo na avaliação de conflitos jurídico-desportivos²²; e a estatuição de um tribunal arbitral necessário, que se destinaria a apreciar os recursos das decisões jurisdicionais federativas e a servir de garantia contenciosa²³ contra actos da Administração, neste caso representada pelas federações dotadas de poderes de autoridade.

Pretendeu a CJD, com a manutenção dos meios de jurisdição internos, promover a autonomia da organização desportiva, relevando a dimensão de autodiceia (“autodiquia”, termo italiano mais corrente) conceito curioso que se reconduz, laconicamente, ao “princípio de que os cidadãos se julgam a si mesmos”.²⁴ Contudo, a organização desportiva, parte integrante da organização social, não pode ser alheia à ordem jurídica estadual, pelo que, a justiça interna desportiva terá de ser reavaliada, em sede de recurso, pelos tribunais comuns.²⁵

Neste sentido, o recurso à arbitragem encontra arrimo, no entender da CJD, no art.º 209º, nº 2 da CRP, “abre-latas” de uma jurisdição arbitral que possa satisfazer as garantias de tutela judicial efectiva dos cidadãos, após o momento de intervenção “administrativa”. Arbitragem, essa, que deveria ter “uma competência exclusiva” e a “sua intervenção um carácter necessário”, afastando, de uma penada, a susceptibilidade de recurso aos tribunais

²² “Tal como tradicionalmente vem ocorrendo e tal como, actualmente, o Regime Jurídico das Federações Desportivas prevê e impõe”. Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *op. cit.*, p. 3.

²³ Meios de garantia insusceptíveis “de utilizar no âmbito daquela justiça «interna»”. Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *ibidem*, p. 3.

²⁴ Cfr. Diário da Assembleia Constituinte, nº 96, de 17.12.1975, pp. 3109-3110.

²⁵ “Entende-se que é assim, por força da garantia constitucional do acesso ao direito e à justiça (artigo 20º da Constituição)”, reforçado pela publicização da “natureza da função de regulamentação, direcção e disciplina que cabe às federações desportivas (cfr. artigo 268º da Constituição)”. Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *op. cit.*, p. 3.

administrativos, com o escopo de “instituir um sistema uniformizado e especializado de justiça desportiva”²⁶, ambição que viria a revelar-se desmedida, muito embora os fautores do Projecto disso tivessem consciência.²⁷

Em contraponto, ponderou-se a criação de um tribunal de competência especializada em matéria desportiva, integrado na organização dos tribunais administrativos, para responder àqueles problemas, todavia considerou-se tal proposta irrazoável pela dificuldade de enquadramento de uma instância desse género na organização judiciária administrativa existente e pelo desenraizamento institucional das entidades representativas da organização desportiva, que, assim, não participariam na uniformização e na especialização requeridas.²⁸

No TAD a criar, em paralelo com a arbitragem necessária, funcionaria a arbitragem voluntária, com competência para arbitrar outras áreas, fora da reserva da jurisdição obrigatória, se “isso for legalmente admissível e do interesse e desejo dos interessados”, designadamente em matéria laboral-desportiva, no âmbito do contrato de trabalho desportivo. Tal figura, ao contrário da primeira, não levantaria problemas de maior, daí que se remeta para as soluções tradicionais da arbitragem institucionalizada pela LAV.²⁹

As questões estritamente desportivas não foram deixadas ao acaso, sendo que no art.º 6º, nº 5 do Projecto se estipulou que “é excluída da jurisdição do Tribunal Arbitral do Desporto (...) a resolução de questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares directamente respeitantes à prática da própria competição desportiva.”. Trata-se aqui de “questões emergentes da própria prática da competição e que, assim, têm como primeiros decisores - ao menos em via de máxima, e sob reserva de alguma outra situação - os respectivos «árbitros» ou «juízes»”³⁰

Para uma densificação do conceito, importa recuperar a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto que no seu art.º 18º, nº 3 consigna que “são questões estritamente desportivas as que tenham por fundamento normas de natureza técnica ou de carácter disciplinar, enquanto questões emergentes da aplicação das leis do jogo, dos regulamentos e

²⁶ Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *ibidem*, p. 4.

²⁷ “Tem-se consciência de que se está aqui perante um alargamento da noção ou da ideia mais comum e estrita de justiça arbitral, como se tem das dificuldades com que, por isso, a sua consagração poderá defrontar-se; e tem-se consciência, ainda, de que tais dificuldades redobrarão de ponto no que concerne à instância de recurso concebida”. Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *ibidem*, p. 5.

²⁸ Fala-se, portanto, numa instância jurisdicional “híbrida”, a “última radicada na ordem desportiva”, mas que, concomitantemente, oferece “aos interessados a garantia de uma decisão jurisdicional com «valor» semelhante ao das decisões dos tribunais administrativos estaduais”. Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *ibidem*, p. 4.

²⁹ Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *ibidem*, pp. 5-6.

³⁰ Cfr. COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *ibidem*, p. 6.

das regras de organização das respectivas competições”, para, de seguida, no nº 4 do mesmo art.º, delimitar o conceito pela negativa: “para efeitos do disposto no número anterior, as decisões e deliberações disciplinares relativas a infracções à ética desportiva, no âmbito da violência, da dopagem, da corrupção, do racismo e da xenofobia não são matérias estritamente desportivas”.³¹ Ponto assente é que, para a CJD, as “questões puramente desportivas” têm “a sua apreciação confinada aos órgãos jurisdicionais federativos”, ao passo que “todas as outras serão susceptíveis de reapreciação pelo Tribunal”.³²

Resta, por fim, destacar que para cumprir os ditames de celeridade, motivo verdadeiramente basilar invocado para a necessidade de instituição do TAD, a Comissão propôs, “na regulamentação processual da arbitragem necessária, prazos particularmente reduzidos para a prática dos actos processuais e para a tomada da decisão”, aduzindo mais um argumento em favor da maleabilidade da arbitragem.³³

Explanados os antecedentes da iniciativa legislativa tendente à implementação do TAD, é tempo de, no próximo capítulo, percorrer o sinuoso caminho legiferante que desembocou na LTAD, analisando as pedras constitucionais - e não só - que foram surgindo, designadamente o estatuto dos árbitros, a sede do TAD, a arbitragem necessária e o recurso das decisões arbitrais.

II - O Processo Demiúrgico da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto

1. Documentos Fundadores - Proposta de Lei nº 84/XII, Projecto de Lei nº 236/XII e Decreto da AR nº 128/XII

O procedimento criador da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto teve como ponto de partida a Proposta de Lei nº 84/XII, da autoria do Governo, e o Projecto de Lei nº 236/XII, da autoria do Partido Socialista, documentos perfilhadores das respectivas visões ideológicas para o tribunal a constituir, não obstante o lastro comum proporcionado pelo “Projecto de Diploma Legal” sobre esta matéria, elaborado pela CJD. Tais enunciados, depois de debatidos e apreciados, resultaram no Decreto da AR nº 128/XII, que comungou as ideias ali expressas.

Da leitura conjunta da PPL 84/XII e do PJI 236/XII resulta que o trabalho levado a cabo pela CJD, neste particular, não foi em vão, uma vez que se verifica uma similitude ampla de ideias entre os documentos. Por isso mesmo, a análise que se segue foca-se

³¹ Cfr. Art.º 18º Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro. Diário da República nº 11 - 1ª Série.

³² COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *op. cit.*, p. 7.

³³ COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *ibidem*, p. 8.

sobretudo nos aspectos divergentes, nomeadamente a sede do TAD e o estatuto dos árbitros, apresentando as teses em confronto³⁴, deixando para o momento de avaliação constitucional questões mais densas, como a arbitragem necessária e o recurso das decisões arbitrais.

1.1. A Sede do TAD

A localização ou sede do TAD é um dos assuntos mais controvertidos a que o debate sobre a conformação do tribunal deu azo. Na origem, aliás, tal é bem visível nas diferentes soluções aventadas e apresentadas: enquanto no PJI 236/XII se propugna que “incumbe ao departamento governamental responsável pela área do desporto promover a instalação e o funcionamento do Tribunal”³⁵, o PPL 84/XII atribui ao COP essa mesma tarefa.³⁶ Propostas antagónicas que reúnem variadíssimos argumentos em sua defesa. Passemos a expô-los e clarificá-los, começando pelos que rejeitam o COP como entidade responsável pela instalação do TAD.

As características de isenção e independência da instância jurisdicional em matéria de arbitragem desportiva são a maior preocupação daqueles que não querem ver o COP como elemento instalador do TAD. Preocupação que é manifestada na Exposição de Motivos do PJI 236/XII, onde se remete para a experiência internacional adquirida pelo TAS: “com efeito, para que o Tribunal de Lausanne viesse a adquirir prestígio internacional, foi indispensável que procedesse, em 1994, a uma profunda reforma dos seus estatutos com vista a torná-lo totalmente independente do Comité Olímpico Internacional sob cuja égide fora inicialmente constituído”³⁷.

De facto, o Acórdão Gundel, proferido em 1993 pelo Tribunal Federal Suíço, foi um momento charneira para a independência do TAS relativamente ao COI, na medida em que nos seus “considerandos se apontava a excessiva dependência do Tribunal Arbitral relativamente ao COI”³⁸, o que provocou a referida reforma estatutária com vista à separação das águas. Passados 10 anos, em 2003, o Tribunal Federal Suíço, no âmbito de um caso que envolvia as atletas de esqui de nacionalidade russa, Larissa Lazutina e Olga Danilova, voltou a pronunciar-se sobre uma decisão do TAS, reconhecendo, aí, que “tais reformas garantiam que o TAS já não estava «enfeudado» ao Comité Olímpico Internacional e que, portanto, as

³⁴ Acompanhamos a estratégia seguida por MEIRIM em MEIRIM, José Manuel (2012), *Um Tribunal Arbitral do Desporto em Portugal*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto, pp. 2-3.

³⁵ Cfr. Art.º 3º, nº 3, Projecto de Lei nº 236/XII.

³⁶ Cfr. Art.º 1º, nº 4, do Anexo à Proposta de Lei nº 84/XII.

³⁷ Cfr. “Exposição de Motivos”, Projecto de Lei nº 236/XII.

³⁸ Cfr. “Exposição de Motivos”, Projecto de Lei nº 236/XII

suas decisões mereciam ser havidas como verdadeiras sentenças”³⁹, reformas que, aliás, cativaram a FIFA para a aceitação do TAS como tribunal de recurso para os litígios surgidos no futebol.

Outra forma de encarar a questão reside em saber se deverá o TAD “ficar ligado a uma entidade desportiva, por mais respeitosa que se entenda que ela é?”⁴⁰ Tendo em conta que o TAD, no âmbito da arbitragem necessária, se debruçará sobre litígios que “terão como uma das partes, as federações desportivas, como autoras dos actos colocados em crise por atletas, treinadores, agentes de arbitragem, outros agentes desportivos e clubes e outras entidades nelas filiadas”⁴¹, parece que as garantias de imparcialidade e independência podem perigar, quando se concebe a instalação e o funcionamento do tribunal no seio do COP⁴², ou não se tratasse de uma “organização desportiva, ela própria, (...) passível de ver os seus actos sindicados pelo TAD”.⁴³

Em virtude do que, para esta corrente doutrinária, o mais correcto seria afastar a sede do TAD não só do COP como de qualquer outra organização desportiva que lhe sucedesse - resumidamente, fora do movimento associativo desportivo - no respeito pelos princípios de isenção e neutralidade que devem nortear a actividade do tribunal.⁴⁴

No outro lado da barricada, entende-se que a “atribuição da missão de interesse público de prover à instalação do TAD, porque é essencialmente da instalação e funcionamento que se trata”⁴⁵ em nada melindra as condições de isenção e imparcialidade tidas como básicas para a normal actividade do TAD. Em sua defesa, aponta-se o estatuto de organização independente do Governo e alheia a quaisquer influências de índole política, económica ou religiosa, como garante de idoneidade para albergar aquele tribunal.⁴⁶

A doutrina defensora da instalação do TAD no COP reconhece a profunda transformação que se operou no TAS, em 1994, com a separação deste do COI e a entrada em

³⁹ Cfr. “Exposição de Motivos”, Projecto de Lei nº 236/XII

⁴⁰ Interroga-se MEIRIM em MEIRIM, José Manuel (2012), *Um Tribunal Arbitral...*, op. cit., p. 4.

⁴¹ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2012), *ibidem*, p. 4.

⁴² Autêntico “tribunal das federações desportivas, erigido por elas e localizado numa sua cúpula”, pelo que “esta onnipresença, mais do que isso e em bom rigor, a «propriedade» da instituição TAD por parte do Comité Olímpico de Portugal e das federações desportivas, não pode deixar de causar bastantes reservas”. Cfr. MEIRIM, José Manuel (2012), *ibidem*, p. 7.

⁴³ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2012), *ibidem*, p. 5.

⁴⁴ Resumido assim: “pela nossa parte, sempre defendemos o afastamento da sede do TAD do universo das entidades que são uma das partes (vistas em conjunto) - se não mesmo a parte - mais interessadas nos diversos litígios a surgir no futuro”. Cfr. MEIRIM, José Manuel (2015, 07 de Junho). O Tribunal Arbitral do Desporto: questões 1. *A Bola*.

⁴⁵ Cfr. COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL (2012), *Parecer n.º 19/ASS/2012*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto, p. 4.

⁴⁶ Cfr. COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL (2012), *ibidem*, pp. 3-4.

cena do Conselho Internacional de Arbitragem, mas rejeita fazer uma colagem desse momento ao sugerido na PPL 84/XII, afirmando mesmo que “nenhuma similitude poderá ser estabelecida que sustente a insinuação segundo a qual o TAD, enquanto instância de recurso não reveste características de isenção e independência devido a ter a sua sede no COP”.⁴⁷

Para justificar semelhante entendimento são aduzidos diversos argumentos:

“É pertinente assinalar que o futuro TAD deverá autofinanciar-se, não estando na dependência financeira do COP ou de qualquer outra entidade, pública ou privada, dispondo de autonomia administrativa e financeira, com receitas próprias. (...) A composição do Conselho de Arbitragem Desportiva, o processo de designação da presidência e vice-presidência do TAD, a composição do Conselho Directivo (cf. PL 84/XII) e o processo e requisitos de designação dos árbitros (...), nada têm a ver com o modelo que vigorou antes na reforma do CAS/TAS”⁴⁸

Segundo esta perspectiva, a independência administrativa e financeira, os procedimentos electivos e a composição dos órgãos estatutários do TAD são elementos suficientes para afastar a aura de suspeição que poderia recair sobre o COP, pelo que “as reservas suscitadas no Projeto n.º 236/XII/1ª não têm adesão à realidade, procurando apenas contrariar o Associativismo Desportivo com base num processo, de âmbito internacional, inserido num contexto evolutivo próprio”.⁴⁹

O certo é que, ponderada a querela⁵⁰, a solução da PPL 84/XII vingou e foi vertida no DAR 128/XII, atribuindo a competência de instalação e funcionamento do TAD ao COP.

1.2. O Estatuto dos Árbitros

O estatuto dos árbitros do TAD consubstancia um eixo essencial da sua constituição, porquanto se está a tratar dos futuros fazedores de jurisprudência jurídico-desportiva.⁵¹ Ao confrontarmos, nesta matéria, a PPL 84/XII com o PJI 236/XII verificámos que, para além das diferenças de pormenor entre as propostas, o mais essencial ficou por estabelecer em ambas, isto é, a necessidade de competência técnica especializada dos árbitros no âmbito do direito desportivo. Vejamos.

⁴⁷ Cfr. COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL (2012), *ibidem*, pp. 7-8.

⁴⁸ Cfr. COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL (2012), *ibidem*, p. 8.

⁴⁹ Cfr. COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL (2012), *ibidem*, pp. 8-9.

⁵⁰ Não totalmente resolvida, como podemos observar aqui: MEIRIM, José Manuel (2015, 07 de Junho). O Tribunal Arbitral do Desporto: questões 1. *A Bola*.

⁵¹ Como alerta MEIRIM, “se este tribunal mantiver a qualidade das inúmeras decisões dos tribunais estaduais superiores, que muito contribuíram para o estudo e desenvolvimento do Direito do desporto pátrio, não virá nenhum mal com a sua criação”. Cfr. MEIRIM, José Manuel (2013, 22 de Abril). Porquê a..., op. cit.

Diz o art.º 19º, nº 1 do anexo à PPL 84/XII que “os árbitros devem ser pessoas singulares e plenamente capazes”, para no nº 2 do mesmo artigo se acrescentar que “ninguém pode ser preterido, na sua designação como árbitro, em razão da nacionalidade, sem prejuízo da liberdade de escolha das partes”.⁵² Há uma total desconsideração por requisitos que se revistam de alguma exigência, tendo em conta a dignidade da função a desempenhar. Abre-se a porta a que qualquer pessoa, desde que sufragada pelos responsáveis pela sua eleição (confia-se exclusivamente neste momento), participe da decisão arbitral.⁵³

O PJI 236/XII, por seu turno, avança com alguns requisitos, embora fique aquém do exigível.⁵⁴ Fala-se em “juristas de reconhecida idoneidade e mérito, com pelo menos 15 anos de comprovada experiência profissional, no exercício da magistratura, da docência no ensino superior, da advocacia ou de outra actividade jurídica, de natureza pública ou privada”.⁵⁵ Trata-se de um critério manifestamente insuficiente, conforme assinala alguma doutrina, a propósito de texto idêntico da supracitada Proposta da CJD: “Não podemos, pois, concordar com este critério na medida em que a existência do critério de quinze anos de comprovada experiência profissional nada garante quanto à qualidade técnica no domínio desportivo”.⁵⁶

A crítica atinge, por isso, no seu cerne, o requisito de 15 anos de comprovada experiência profissional em detrimento de uma especialização técnica, garantida pelo percurso académico ou pela actividade profissional centrados no fenómeno jurídico-desportivo.⁵⁷ A doutrina internacional é particularmente incisiva neste aspecto, considerando que os árbitros de litígios desportivos para “além de uma sólida base de conhecimentos jurídicos”, também deverão deter “um conhecimento razoável da actividade desportiva”.⁵⁸ Adianta-se, na mesma linha, que “o critério mais relevante para garantir a qualidade das decisões que tenham por objecto questões desportivas é a formação jurídica de cariz desportivo, pois só assim se

⁵² Cfr. Art.º 19º, do Anexo à Proposta de Lei nº 84/XII.

⁵³ “Onde encontrar, pois, nestas propostas, um traço identificador mínimo de competência jurídica no domínio do Direito do Desporto, ou de aplicação do Direito ao Desporto, que seria natural - lógico - exigir para uma instância que se quer especializada e passível de criar uma «jurisprudência»?” Cfr. MEIRIM, José Manuel (2012), *op. cit.*, p. 32.

⁵⁴ Aliás, nenhuma das propostas cumpre com os mínimos. Cfr. MEIRIM, José Manuel (2012), *ibidem*, p. 32.

⁵⁵ Cfr. Art.º 15º, nº 2, Projecto de Lei nº 236/XII.

⁵⁶ Cfr. FLAMÍNIO DA SILVA, Artur & MIRANTE, Daniela (2011). Algumas Notas Sobre o Estatuto dos Árbitros do Tribunal Arbitral do Desporto: uma análise à luz do relatório e do projecto da Comissão para a Justiça Desportiva. *Desporto & Direito*, nº 26, pp. 219-299.

⁵⁷ “Este critério afasta, desde logo, todos aqueles que possam ter uma formação quer na Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento no domínio jurídico-desportivo e/ou percurso profissional na área jurídico-desportiva, mas que não preencham o requisito dos quinze anos de comprovada experiência profissional.”. Cfr. FLAMÍNIO DA SILVA, Artur & MIRANTE, Daniela (2011). *Ibidem*, pp. 219-299.

⁵⁸ Cfr. MONHEIM, Dirk, “Die Vereinbarkeit von Schiedsabreden und Schiedsgerichten im Sport mit dem Rechtsstaatprinzip” in *Facetten des Sportrechts*, Berlim, Duncker & Humblot, 2009, p. 114.

garante que o árbitro esteja próximo das temáticas objecto de litígio e que o permita compreender as especificidades da actividade desportiva”.⁵⁹

Solução mais avisada seria, ao invés de estipular uma formulação genérica que exigisse idoneidade, mérito e experiência profissional, que o legislador adoptasse um critério mais científico, técnico, específico, até para cumprir com um dos princípios que presidiram à criação do TAD - a especialização.⁶⁰

Outro vector crucial relacionado com o estatuto dos árbitros é a imperatividade dos deveres de imparcialidade e independência. Na verdade, “é ponto assente na doutrina nacional e internacional que apenas a consagração expressa do dever de independência e imparcialidade podem assegurar um cunho legítimo à decisão arbitral, sendo indispensáveis ao exercício de uma verdadeira função jurisdicional: (...) só o desempenho dessas funções com independência e imparcialidade, que é como quem diz com integridade e seriedade, permite que o Estado valide estes exercícios privados de jurisdição.”⁶¹

Atenta esta realidade, é sem surpresa que se assiste à consagração daqueles deveres em ambas as iniciativas legislativas.⁶² No entanto, o PJI 236/XII vai novamente mais longe, em nome dos princípios *sub judice*, ao estipular, no seu art.º 19º, que “a integração na lista de árbitros do Tribunal Arbitral do Desporto implica a incompatibilidade com o exercício da advocacia no mesmo tribunal”.⁶³ Trata-se de uma norma com especial importância neste domínio, dado que baliza claramente a função de árbitro, não permitindo a acumulação com outros interesses que possam pôr em causa a sua independência.⁶⁴

Curioso notar que, depois de reflectidas as preocupações acima mencionadas, o DAR 128/XII, considerando-as, estipulou que “podem integrar a lista de árbitros (...) juristas de reconhecida idoneidade e competência e personalidades de comprovada qualificação científica, profissional ou técnica na área do desporto”⁶⁵, fazendo jus às exigências de

⁵⁹ Cfr. MONHEIM, Dirk, *ibidem*, p. 115.

⁶⁰ Assim o defendem FLAMÍNIO DA SILVA, Artur & MIRANTE, Daniela: “Entendemos que o critério a adoptar - para se revelar coerente - teria que ser independente do requisito de quinze anos de experiência do futuro árbitro e exigir que este tivesse uma formação jurídica no Direito do Desporto ou experiência relevante na área. É aqui que deve residir a pedra de toque do critério que possa estar subjacente à integração da lista.” Cfr. FLAMÍNIO DA SILVA, Artur & MIRANTE, Daniela (2011). *Op. cit.*, pp. 219-299.

⁶¹ Cfr. FLAMÍNIO DA SILVA, Artur & MIRANTE, Daniela (2011). *Ibidem*, pp. 219-299.

⁶² Cfr. Art.º 18º, Projecto de Lei nº 236/XII, e art.º 19º, nº 3, do Anexo à Proposta de Lei nº 84/XII.

⁶³ Cfr. Art.º 19º, Projecto de Lei nº 236/XII.

⁶⁴ Com o correspondente aplauso de MEIRIM em MEIRIM, José Manuel. (2012), *op. cit.*, p. 36.

⁶⁵ Cfr. Art.º 20º, nº 2, do Anexo ao Decreto da AR nº 128/XII.

especialização. Em conformidade, os deveres de independência e imparcialidade também não foram obliterados, encontrando ressonância no mesmo diploma.⁶⁶

Dilucidadas duas vertentes suscitadas pela análise dos documentos fundadores, revestidas de especial interesse para o objecto do presente estudo, conquanto menos problemáticas do ponto de vista do seu enquadramento constitucional, seguiremos para o exame da intervenção do TC, em 2 fases, abarcando, como prometido, o vórtice, o ponto nodal do surgimento do TAD: a arbitragem necessária e o recurso das decisões arbitrais.

2. A Pronúncia do TC em Sede de Fiscalização Preventiva - Acórdão nº 230/2013

O Decreto da AR nº 128/XII, chegado ao Presidente da República envolto numa nebulosa de desconformidades constitucionais⁶⁷, teve como destino lógico a apreciação preventiva da constitucionalidade de algumas das suas normas pelo TC. Pode ler-se no Relatório do Acórdão nº 230/2013, as razões que presidiram ao pedido:

“1. O Presidente da República requereu (...) a apreciação preventiva da constitucionalidade da norma constante da segunda parte do n.º 1 do artigo 8.º do Anexo do Decreto n.º 128/XII, quando conjugada com as normas dos artigos 4.º e 5.º do mesmo Anexo, com fundamento:

a) na violação das normas do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 4 do artigo 268.º, conjugadas com o disposto no n.º 2 do artigo 18.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), na medida em que a norma impugnada restringiu, de forma desproporcional, o direito de acesso aos tribunais e a uma tutela jurisdicional efetiva; e

b) na violação das normas do artigo 13.º da CRP, na medida em que se considera que a norma sindicada feriu o princípio da igualdade, por ter discriminado infundadamente, no plano garantístico, os cidadãos cujos litígios se encontrem sujeitos à arbitragem necessária do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD) em relação a cidadãos cujo litígio se encontrem também submetidos a outras formas de arbitragem necessária.”⁶⁸

A conjugação inédita da figura da arbitragem necessária com a insusceptibilidade de recurso para os tribunais estaduais das decisões do TAD revelou-se um passo maior do que a perna e não obteve acolhimento no seio dos juízes do TC, com excepção da juíza Maria João Antunes que votou vencida.⁶⁹

Não foi por falta de aviso, uma vez que grande parte dos protagonistas consultados no âmbito das iniciativas legislativas supramencionadas alertou para o facto, mas no lugar de

⁶⁶ Cfr. Art.º 20º, nº 2 e 24º do Anexo ao Decreto da AR nº 128/XII.

⁶⁷ Antecipadas por MEIRIM em MEIRIM, José Manuel (2013, 22 de Abril). Porquê a..., op. cit.

⁶⁸ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁶⁹ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

tecer comentários mais ou menos avulsos, detenhamo-nos, antes, nos concretos argumentos jurídicos esgrimidos na cúpula constitucional.

2.1. Arbitragem Necessária

No que respeita à instituição da arbitragem necessária no TAD, os artigos problemáticos, debaixo do fogo da fiscalização preventiva do TC, são os seguintes:

“Artigo 4.º

Arbitragem necessária

- 1 - Compete ao TAD conhecer dos litígios emergentes dos atos e omissões das federações e outras entidades desportivas e ligas profissionais, no âmbito do exercício dos correspondentes poderes de regulamentação, organização, direção e disciplina.
- 2 - Salvo disposição em contrário e sem prejuízo do disposto no número seguinte, a competência definida no número anterior abrange as modalidades de garantia contenciosa previstas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos que forem aplicáveis.
- 3 - O acesso ao TAD só é admissível em via de recurso das decisões dos órgãos jurisdicionais das federações desportivas ou das decisões finais de outras entidades desportivas referidas no n.º 1, não dispensando a necessidade de fazer uso dos meios internos de impugnação, recurso ou sancionamento dos atos ou omissões referidos no n.º 1 e previstos nos termos da lei ou de norma estatutária ou regulamentar.
- 4 - Cessa o disposto no número anterior sempre que a decisão do órgão jurisdicional federativo ou a decisão final de outra entidade desportiva referida no n.º 1 não haja sido proferida no prazo de 30 dias úteis, sobre a autuação do correspondente processo, caso em que o prazo para a apresentação do requerimento inicial junto do TAD é de 10 dias, contados a partir do final daquele prazo.
- 5 - É excluída da jurisdição do TAD, não sendo assim susceptível designadamente do recurso referido no n.º 3, a resolução de questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva.

Artigo 5.º

Arbitragem necessária em matéria de dopagem

Compete ao TAD conhecer dos recursos das deliberações tomadas por órgãos disciplinares das federações desportivas ou pela Autoridade Antidopagem de Portugal em matéria de violação das normas antidopagem, nos termos da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, que aprova a lei antidopagem no desporto.”

A arbitragem necessária, de per si, não constitui um entrave à instituição do TAD, conforme resulta da fundamentação do pedido do PR, particularmente na exposição dos seus motivos jurídicos, bem como da ponderação realizada pelo TC.⁷⁰

⁷⁰ Cfr. Acórdão do TC, n.º 230/2013, de 24/04/2013. Processo n.º 279/2013. Diário da República n.º 89 - 1ª Série.

De facto, o TC tem considerado que o art.º 209º, nº 2 da CRP abarca os tribunais arbitrais “como uma, de entre as diversas categorias de tribunais que se encontram constitucionalmente previstas”⁷¹, exercendo a função jurisdicional, porquanto a “*jurisdictio* não tem necessariamente de ser exercida por juízes”, ou seja, “certos litígios podem ser decididos por árbitros, em resultado de convenção ou disposição da lei”.⁷² Tal consideração é válida para os diversos géneros de tribunais arbitrais ou não tivesse o TC reconhecido que, em termos da sua admissibilidade, a CRP “não distingue, expressamente, entre tribunais arbitrais voluntários e tribunais arbitrais necessários”.⁷³

Deste modo, a atribuição por via de lei de certos litígios de natureza administrativa à arbitragem necessária é constitucionalmente admissível, com a ressalva da observância de determinadas garantias intimamente ligadas ao maior pendor publicista deste género de arbitragem.⁷⁴ Estar-se-á perante uma lei que restringe a autonomia privada dos sujeitos, impondo um “exercício privado da função jurisdicional” e removendo a presença imediata do contencioso estadual, o que implica maior cautela.⁷⁵

A arbitragem necessária deve, portanto, estar rodeada de especiais garantias, com atenção redobrada aos direitos, liberdades e garantias em jogo, porque implica “que os litigantes fiquem impedidos de recorrer directamente aos tribunais ordinários que normalmente seriam competentes, podendo por isso pôr em causa não apenas o direito de acesso aos tribunais (...), mas também o princípio da igualdade”.⁷⁶

Ademais, não se pode esquecer que, estruturalmente, existem diferenças assinaláveis entre os tribunais arbitrais e os tribunais comuns. Estes são órgãos de soberania, ao passo que os primeiros não. Os tribunais comuns exercem a função jurisdicional publicamente; já os tribunais arbitrais (incluindo a arbitragem necessária, não obstante o pendor publicista) exercem-na privatisticamente. Nos tribunais arbitrais, os árbitros são escolhidos pelas partes, enquanto nos comuns os juízes são “nomeados, colocados, transferidos, promovidos e sancionados, no contexto de um processo público, por um órgão administrativo independente de relevância constitucional, o Conselho Superior de Magistratura” - com as consequências que daí advêm quanto à independência dos mesmos - a que acresce o facto de o Ministério Público apenas intervir em representação dos interesses do Estado e dos incapazes nos

⁷¹ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁷² Cfr. Acórdão do TC, nº 52/92, de 05/02/1992. Processo nº 10/89. Diário da República - 1ª Série-A.

⁷³ Cfr. Acórdão do TC, nº 52/92, de 05/02/1992. Processo nº 10/89. Diário da República - 1ª Série-A.

⁷⁴ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁷⁵ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/86, de 08/07/1986. Processo nº 178/84. Diário da República nº 210 - 1ª Série.

⁷⁶ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

tribunais comuns. Por último, refira-se que existe um “princípio de subordinação” dos tribunais arbitrais relativamente aos tribunais comuns, sendo que aqueles, via de regra, são mais céleres, porém mais dispendiosos.⁷⁷

Independentemente do acima exposto, a verdade é que o TC, em diversos arestos⁷⁸, interpreta a CRP no sentido de que “não só os cidadãos podem, no exercício da sua autonomia de vontade, constituir tribunais arbitrais para resolução de determinados litígios, como o próprio legislador pode criá-los (...), impondo aos cidadãos neles implicados o recurso necessário a essa via de composição jurisdicional de conflitos”.⁷⁹

Focando a análise no contencioso administrativo, porque é disso que se trata neste caso, observa-se que “a especificidade do direito público e a vinculação da actuação administrativa ao princípio da juridicidade e à realização do interesse público torna, (...) desde logo, discutível que a resolução de litígios emergentes de relações jurídicas administrativas fique sujeita a mecanismos de jurisdição arbitral por não estar aí em causa uma autonomia de vontade e um poder de disposição sobre o objecto do pleito”.⁸⁰

Contudo, apesar destas reservas, o recurso à arbitragem no domínio do direito administrativo tem sido admitido de forma pacífica, designadamente no processo de expropriação por utilidade pública, regulado pela Lei nº 166/99, de 4 de Setembro, no regime jurídico de arbitragem em matéria tributária, aprovado pelo Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro, ou, *pièce de résistance*, na sua consagração no Código de Processo nos Tribunais Administrativos, a que se refere o seu art.º 180º.

Em face do referido, conclui-se que a opção pela arbitragem necessária, mesmo em contexto administrativo, de exercício de poderes públicos, embora incomum, será legítima, havendo esparsos pontos de contacto que a tornam menos abstrusa.⁸¹ O problema, repete-se, está a jusante, ou seja, na insusceptibilidade de recurso das decisões arbitrais quanto ao mérito da causa, até porque “fora dos casos individualizados na Constituição em que há lugar a uma reserva absoluta de jurisdição, (...) poderá admitir-se que o direito de acesso aos tribunais

⁷⁷ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁷⁸ Cfr. Acórdão do TC, nº 52/92, de 05/02/1992. Processo nº 10/89. Diário da República - 1ª Série-A, Acórdão do TC, nº 757/95, de 20/12/1995. Processo nº 128/94. Diário da República - 2ª Série. Acórdão do TC, nº 262/98, de 05/03/1998. Processo nº 140/95.

⁷⁹ Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁸⁰ Cfr. VIEIRA DE ANDRADE, *A Justiça Administrativa*, 12ª edição. Coimbra, 2012, p. 75, nota 124.

⁸¹ Melhor o diz o aresto: “No caso vertente, a opção do legislador - ainda que não consentânea com o que sucede no âmbito do contencioso administrativo geral - foi a de instituir uma forma de arbitragem necessária e confiar à apreciação de árbitros todas as questões relacionadas com o contencioso de legalidade das decisões administrativas em matéria de desporto”. Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

seja assegurado apenas em via de recurso, permitindo-se que num momento inicial o litígio possa ser resolvido por intervenção de outros poderes, caso em que se poderá falar numa reserva relativa de jurisdição”, o que não foi assegurado.⁸²

2.2. Insusceptibilidade de Recurso das Decisões Arbitrais

Como sói dizer-se, é aqui que a “porca torce o rabo”, perdoe-se a linguagem. Mas para melhor assimilar a questão, olhemos para o artigo da discórdia:

“Artigo 8.º

Natureza definitiva das decisões arbitrais

1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as decisões proferidas, em única ou última instância, pelo TAD são insusceptíveis de recurso, considerando-se que a submissão do litígio ao Tribunal implica, no caso de arbitragem voluntária, a renúncia ao mesmo.

2 - São passíveis de recurso, para a câmara de recurso, as decisões dos colégios arbitrais que:

a) Sancionem infracções disciplinares previstas pela lei ou pelos regulamentos disciplinares aplicáveis;

b) Estejam em contradição com outra, já transitada em julgado, proferida por um colégio arbitral ou pela câmara de recurso, no domínio da mesma legislação ou regulamentação, sobre a mesma questão fundamental de direito, salvo se conformes com decisão subsequente entretanto já tomada sobre tal questão pela câmara de recurso.

3 - Fica salvaguardada, em todos os casos, a possibilidade de recurso para o Tribunal Constitucional e de impugnação da decisão com os fundamentos e nos termos previstos na LAV.

4 - São competentes para conhecer da impugnação referida no número anterior o Tribunal Central Administrativo do lugar do domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a sentença, no tocante a decisões proferidas no exercício da jurisdição arbitral necessária, ou o Tribunal da Relação do lugar do domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a sentença, no tocante a decisões proferidas no exercício da jurisdição arbitral voluntária, previstas nesta lei.

5 - A ação de impugnação da decisão arbitral não afecta os efeitos desportivos validamente produzidos pela mesma decisão.”⁸³

Numa observação mais cuidada, repara-se que, em matéria recursória, o texto legal prevê no nº 2 deste art.º 8º, quer no âmbito de arbitragem voluntária, quer no âmbito de arbitragem necessária, que o TAD mantenha na sua organização uma instância superior de recurso, a Câmara de Recurso, responsável por se pronunciar sobre os recursos interpostos das decisões dos colégios arbitrais. Trata-se, contudo, de uma possibilidade recursória interna.

⁸² Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁸³ Cfr. Art.º 8º, do Anexo ao Decreto da AR nº 128/XII.

No que respeita à possibilidade de recurso para a ordem jurisdicional estadual, verifica-se uma “regra geral de irrecorribilidade”, ínsita no nº 1 do mesmo art.º. É assim para as decisões em matéria de arbitragem necessária - “as decisões proferidas, em única ou última instância, pelo TAD são insusceptíveis de recurso” - e, também é assim no plano da arbitragem voluntária - “a submissão do litígio ao Tribunal implica (...) a renúncia” ao direito de recorrer.⁸⁴

Semelhante regra constitui, à partida, um escolho constitucional⁸⁵, na medida em que se tratando a arbitragem necessária de “uma imposição legal que, à margem da vontade dos litigantes, subtrai uma determinada ordem de litígios à competência imediata dos tribunais estaduais para a atribuir, obrigatoriamente, à competência de um tribunal arbitral”⁸⁶, a regra da irrecorribilidade teria sempre dificuldades em obter aprovação pelo TC, em face do direito constitucional de acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efectiva e do princípio da igualdade.⁸⁷

Retomando a questão das especiais garantias, enunciada supra, coloca-se o problema de saber até que ponto seria admissível proceder a uma redução das “garantias de tutela jurisdicional dos direitos e interesses legalmente protegidos” dos intervenientes em litígios desportivos, que previamente à aprovação do decreto eram da competência dos tribunais administrativos e que passariam, agora, para a alçada de um tribunal arbitral necessário.⁸⁸

A resposta torna-se evidente quando se pensa nas garantias contenciosas consagradas no CPTA e no ETAF: ao atribuir à competência de um tribunal arbitral necessário o julgamento de conflitos desportivos que outrora pertencia à competência de tribunais administrativos, sobretudo não prevendo recurso de mérito das decisões arbitrais, o legislador está a reduzir irrazoavelmente “o nível e o âmbito de protecção de direitos fundamentais e de interesses legalmente protegidos”, que estavam até aí salvaguardados.⁸⁹ A ablação pura e simples do direito de recorrer aos tribunais comuns parece uma medida demasiado gravosa e restritiva,

⁸⁴ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁸⁵ Avisava-o precocemente MEIRIM: “existem suficientes indícios que uma arbitragem necessária, ainda por cima em domínio público, só possa ser concebida com o não afastamento do acesso aos tribunais estatais. Outra solução correrá sério risco de vir a ser julgada ou declarada inconstitucional”. Cfr. MEIRIM, José Manuel (2012), *op. cit.*, p. 25.

⁸⁶ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁸⁷ Cfr. Art.º 13º e 20º, nº 1 da CRP.

⁸⁸ Por outras palavras, “enquanto no regime legal em vigor, os litígios emergentes das decisões finais das federações, ligas e outras entidades desportivas são recoráveis junto dos tribunais administrativos, já ao abrigo do referido Decreto, esses litígios passariam a ser subtraídos a esses tribunais e atribuídos à competência do TAD”. Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013.

⁸⁹ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

para além de inédita⁹⁰, questionando-se a sua necessidade quando compaginada com soluções menos impactantes, de “ordem gradualista”, como a previsão do “direito ao recurso para os tribunais estaduais embora limitado a certos pressupostos essenciais”.⁹¹

Por outro lado, o n.º 3 do art.º 8.º do DAR 128/XII ao prever a “impugnação da decisão com os fundamentos e nos termos previstos na LAV” não supera a regra da irrecorribilidade das decisões arbitrais, uma vez que tal impugnação se baseia na inobservância das normas do compromisso arbitral, na violação de parâmetros objectivos, como os princípios fundamentais da arbitragem ou de ordem pública internacional do Estado, e no desrespeito das regras de competência, forma e capacidade das partes, previstas no regime arbitral.⁹² Trata-se, por isso, de um instituto muito diferente do recurso, como é, aliás, visível na diferente previsão de ambos na LAV⁹³, não suprimindo a insuficiência apontada de tutela jurisdicional efectiva, por se centrar exclusivamente em razões objectivas e não no mérito da decisão.

No que tange ao princípio da igualdade, a desigualdade, permita-se o trocadilho, entroncaria no tratamento diverso que passaria a existir para os cidadãos-objecto de arbitragem necessária, no caso de aprovação do diploma, na medida em que os recorrentes ao TAD veriam as suas garantias contenciosas diminuídas pela regra da irrecorribilidade, ao passo que os demais cidadãos que se socorressem de outros domínios de arbitragem necessária, a começar, por exemplo, na referida defesa da propriedade industrial relativa a medicamentos, manteriam as suas garantias intactas, por poderem sempre valer-se dos tribunais comuns.⁹⁴

Outra preocupação ventilada reside no precedente que se poderia abrir, uma autêntica Caixa de Pandora, no sentido de o Estado se sentir doravante autorizado a criar, por via legislativa, tribunais arbitrais necessários para outros sectores da sociedade, nestes moldes, diminuindo as garantias contenciosas dos cidadãos, à medida dos interesses de ocasião.⁹⁵

Doravante, tenhamos como referencial a jurisprudência produzida pelos juízes do TC e as respostas que deram às inquietações acima mencionadas.

⁹⁰ Atente-se no art.º 3.º, n.º 7 da Lei n.º 62/2011, de 12 de Dezembro, que no âmbito de arbitragem necessária de litígios em matéria de propriedade industrial relativos a medicamentos prevê o direito de recurso da decisão arbitral para os tribunais estaduais.

⁹¹ Como, de resto, virá a acontecer, mais adiante. Cfr. Acórdão do TC, n.º 230/2013, de 24/04/2013. Processo n.º 279/2013. Diário da República n.º 89 - 1.ª Série.

⁹² Cfr. Acórdão do TC, n.º 230/2013, de 24/04/2013. Processo n.º 279/2013. Diário da República n.º 89 - 1.ª Série.

⁹³ Cfr. Art.º 39.º, n.º 4 da Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro, para as condições de interposição de recurso, e o art.º 46.º da mesma lei para a impugnação de sentença.

⁹⁴ Cfr. Acórdão do TC, n.º 230/2013, de 24/04/2013. Processo n.º 279/2013. Diário da República n.º 89 - 1.ª Série.

⁹⁵ Cfr. Acórdão do TC, n.º 230/2013, de 24/04/2013. Processo n.º 279/2013. Diário da República n.º 89 - 1.ª Série.

Estribando-se na legislação vigente e na doutrina, adianta-se que “é hoje entendimento pacífico que são os tribunais administrativos os competentes para conhecer das deliberações dos órgãos das federações desportivas, no exercício de poderes públicos, quando não se trate de questões estritamente desportivas”.⁹⁶

Outrossim, a insusceptibilidade de recurso da decisão arbitral, mormente em sede de arbitragem necessária, não é a “solução legal prevista para os restantes casos em que se encontra especialmente cominada a arbitragem necessária”⁹⁷, conforme o prova o regime do processo de expropriação por utilidade pública e o regime da arbitragem obrigatória e da arbitragem necessária, bem como da arbitragem sobre serviços mínimos durante a greve.⁹⁸

Às asserções anteriores, soma-se o facto de “a possibilidade de institucionalizar formas de composição não jurisdicional de conflitos (...) não significa que o recurso a um tribunal estadual não seja ainda a principal via de acesso ao direito e que não possam ser estabelecidos, com base nessa reserva de jurisdição, certos limites à constituição de tribunais arbitrais”.⁹⁹ Na realidade, o direito de acesso aos tribunais, conjugado com a reserva de função jurisdicional, conduz à conclusão natural de que os conflitos, preferencialmente, devem ser solucionados no espaço dos tribunais estaduais. Em defesa do que a doutrina assevera que a garantia do art.º 20º, nº 1 da CRP é a do “direito de acesso a tribunais estaduais, não tendo sentido dizer-se que ali se garante o acesso a tribunais a constituir por iniciativa dos interessados. O que a instituição de tribunais arbitrais voluntários representa, ou pode representar, é a voluntária renúncia ao direito de acesso aos tribunais do Estado”.¹⁰⁰

Estendendo este entendimento aos tribunais arbitrais necessários, resultantes de imposição irrenunciável e impeditivos da utilização normal dos tribunais estaduais tradicionalmente competentes, há que garantir especiais cautelas na sua concepção, tal qual advoga a mesma doutrina, numa consideração-chave: “o facto de a Constituição incluir os tribunais arbitrais nas categorias de tribunais não assegura a constitucionalidade dos tribunais arbitrais necessários em todos os casos: só é pensável admitir a imposição da composição arbitral quando não se encontre vedado o acesso aos tribunais estaduais, hipótese que só se

⁹⁶ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série. E, por arrasto, Acórdão do STA de 10 de setembro de 2009, Processo nº 120/08, publicado nos CJA, nº 83, p. 12; VITAL MOREIRA, *Administração Autónoma e Associações Públicas*, Coimbra, 1997, p. 305; PEDRO GONÇALVES, *Entidades Privadas com Poderes Públicos*, Coimbra, 2005, pp. 862-863.

⁹⁷ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

⁹⁸ Cfr., respectivamente, o art.º 38º, nº 1 e 52º, da Lei nº 168/99, de 18 de Setembro, e o art.º 22º e 27º, nº 6 do Decreto-Lei nº 259/2009, de 25 de Setembro.

⁹⁹ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

¹⁰⁰ PEDRO GONÇALVES, *op. cit.*, p. 565, nota 450.

verifica se não estiver excluída a possibilidade de recurso da decisão arbitral para aqueles tribunais”.¹⁰¹

Posto isto, será aceitável que o TAD, “forma de jurisdição privada” de “natureza imperativa”, com competência para “administrar a justiça no domínio do ordenamento jurídico desportivo” e, por isso, fora do “exercício primário da função jurisdicional pública” possa ser a última instância de decisão do mérito das causas ali surgidas? Pode “ficar sempre excluído um reexame judicial por um tribunal estadual”, atribuindo-se “uma autonomia plena à justiça desportiva”, afastando a intervenção da ordem de tribunais do Estado, apesar dos direitos constitucionais em jogo?¹⁰² Adivinha-se a resposta negativa, mas prossigamos a explanação.

Como visto, a delegação de poderes públicos em entidades privadas (v.g. federações desportivas) consiste na atribuição da responsabilidade de “execução de uma função pública”, havendo necessariamente uma “vinculação ao direito administrativo e a procedimentos de fiscalização pública”. A tarefa mantém-se pública, não operando uma transformação na sua natureza, que, por passar para a mão de privados, automaticamente se metamorfosearia em tarefa, também ela, privada. Do que procede que a delegação de poderes públicos “corresponde a uma forma de prossecução de actividades de interesse público, de que o Estado é o titular originário, e relativamente às quais assume uma posição institucional de garante”.¹⁰³

Tendo isto presente, não se afigura razoável que o Estado, a montante, delegue poderes nas federações desportivas, consubstanciando uma privatização orgânica da Administração no exercício de uma concreta missão pública, para, a jusante, renunciar ao controlo de mérito através de tribunais da sua alçada quanto a “decisões administrativas que sejam praticadas no quadro jurídico dessa delegação de competências”.¹⁰⁴ Assunção que evidencia a necessidade de haver, pelo menos *a posteriori*, um controlo jurisdicional de mérito dos tribunais comuns no caso da instituição de tribunais arbitrais que avaliem situações de não paridade entre as partes como acontece nas “relações jurídicas que decorrem do exercício de poderes de autoridade”.¹⁰⁵

¹⁰¹ PEDRO GONÇALVES, *op. cit.*, p. 573.

¹⁰² Questões que acompanham o raciocínio exposto em Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

¹⁰³ Acompanha-se o pensamento de PEDRO GONÇALVES em PEDRO GONÇALVES, *op. cit.*, pp. 391-392.

¹⁰⁴ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

¹⁰⁵ “Neste caso, justifica-se que se invoque uma reserva relativa de juiz que proporcione aos tribunais estaduais a última palavra na resolução de litígios que resultem dessa intervenção administrativa delegada”. Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

Não se estranha, portanto, a sentença constitucional intermédia que pairava como a Espada de Dâmocles: “neste contexto, a irrecorribilidade das decisões arbitrais, tal como previsto na norma impugnada, representa uma clara violação do direito de acesso aos tribunais, não apenas por se tratar de decisões adoptadas no âmbito de uma arbitragem necessária, mas também pela natureza dos direitos e interesses em jogo e pelo facto de estar em causa o exercício de poderes de autoridade delegados”¹⁰⁶

O argumentário do TC traz também à baila o conceito de caso julgado desportivo para obviar à exigência de celeridade que o ordenamento jurídico-desportivo reclama e que, aparentemente, justifica a norma impugnada. O desiderato da rapidez, em confronto com o princípio da necessidade, “como pressuposto material da restrição legítima de direitos, liberdades e garantias”, não pode justificar a supressão de garantias contenciosas (leia-se, o recurso para um tribunal do Estado), uma vez que, de uma parte, os litígios terão de ser compulsoriamente dirigidos a um tribunal arbitral e, de outra parte, “a justiça desportiva contempla (...) o caso julgado desportivo”, circunstância impeditiva de que “a eventual demora na resolução definitiva do litígio, provocada pela intervenção de um tribunal estadual em sede de recurso, produza quaisquer efeitos negativos na organização e funcionamento das provas desportivas que às federações desportivas cabe especialmente dirigir e regulamentar”.¹⁰⁷ Segundo o precedente entendimento, o caso julgado desportivo põe “água na fervura” da urgência desportiva, enquanto motivo das restrições propostas pelo legislador.

Retomando, agora, a análise do disposto no n.º 3 do art.º 8.º do DAR 128/XII ou a previsão expressa da possibilidade de recurso das decisões arbitrais para o TC, convém notar que este tipo de recurso é sempre limitado a uma questão de constitucionalidade e tem como objecto perceber se uma norma aplicável numa determinada causa em juízo está ferida ou não de inconstitucionalidade. A *ratio* deste recurso é, pois, afastar a aplicação de normas inconstitucionais do ordenamento jurídico e, conseqüentemente, da apreciação de litígios. Mais a mais, o recurso de constitucionalidade “cabe de todos os órgãos constitucionalmente considerados como tribunais, incluindo os tribunais arbitrais”¹⁰⁸, como tal não havia necessidade de o proclamar na lei instituidora do TAD - trata-se de uma garantia inequivocamente consagrada na CRP e na Lei do TC.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Cfr. Acórdão do TC, n.º 230/2013, de 24/04/2013. Processo n.º 279/2013. Diário da República n.º 89 - 1.ª Série.

¹⁰⁷ Cfr. Acórdão do TC, n.º 230/2013, de 24/04/2013. Processo n.º 279/2013. Diário da República n.º 89 - 1.ª Série.

¹⁰⁸ Cfr. GOMES CANOTILHO & VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. II, 4.ª edição, Coimbra, p. 942

¹⁰⁹ Cfr., respectivamente, art.º 280.º, n.º 2 CRP e art.º 70.º, n.º 1, a), b), g) e h) da Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro.

Conjugando o parágrafo anterior com a insuficiência garantística da impugnação ao abrigo da LAV, o corolário lógico do TC, quanto ao fundo da questão, é decidir-se pela violação do “direito de acesso aos tribunais quando entendido em articulação com o princípio da proporcionalidade, nas referidas vertentes de necessidade e justa medida”, resultando a restrição daquele direito “da insuficiência dos mecanismos de acesso à justiça estadual, na medida em que não se contempla um mecanismo de reexame perante um órgão judicial do Estado relativamente às situações comuns em que o particular pretenda discutir a decisão que se pronuncia sobre o fundo da causa ou que ponha termo ao processo”.¹¹⁰

Pronunciou-se, então, o TC, na sua decisão final, pela inconstitucionalidade das normas impugnadas. Em sentido oposto, como demos conta supra, manifestou-se a juíza Maria João Antunes. Sinteticamente, a sua visão propendeu para a consideração dos tribunais arbitrais como garantia suficiente, para os cidadãos envolvidos em litígios desportivos - e não só -, do direito de acesso aos tribunais, conforme estipulado no art.º 20º, nº 1 da CRP. Apesar de não serem tribunais estaduais, constituem-se para exercer a função jurisdicional e apresentam um “carácter tipicamente publicístico”, por derivarem de acto legislativo; assim, desde que sejam órgãos independentes e imparciais (questão não levantada pela impugnação), servem perfeitamente os seus propósitos numa “ordem constitucional onde não vale o princípio do monopólio estadual da função jurisdicional”. A celeridade, especialização e uniformização, bem como a possibilidade de impugnação da decisão arbitral, nos termos da LAV, são, também elas, justificações bastantes para a declaração de voto¹¹¹, que, em caso de acolhimento maioritário, poderia ter resultado num “Tribunal Arbitral do Desporto à portuguesa”.¹¹²

3. A Fiscalização Sucessiva Abstracta da Lei nº 74/2013 - Acórdão nº 781/2013

A Lei nº 74/2013, de 6 de setembro, que cria o TAD e aprova a respectiva lei, foi aprovada no seguimento da reapreciação pela AR do Decreto nº 128/XII, que havia sido vetado pelo PR, no respeito pelo veredicto do TC, em sede de fiscalização preventiva da constitucionalidade. As alterações propostas, segundo o debate parlamentar, visaram “expurgar a inconstitucionalidade que o Tribunal Constitucional encontrou” mantendo-se, no

¹¹⁰ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

¹¹¹ Cfr. Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série.

¹¹² Na cáustica expressão de MEIRIM em MEIRIM, José Manuel (2013, 04 de Abril). Tribunal Constitucional - 12-, Tribunal Arbitral do Desporto -1-. *Público*.

entanto, o “desiderato de dotar o desporto nacional de uma justiça mais célere, mais pronta e especializada”. Reapreciado o DAR 128/XII, foram aprovadas modificações na redacção dos artigos 8º, 9º, 11º, 21º, 28º, 29º, 31º, 41º, 48º e 59º do Anexo, para tentar ultrapassar, desta feita, o crivo do TC.¹¹³ Tendo-se mantido inalterada a redacção dos artigos 4º e 5º da LTAD e a consequente consagração da arbitragem necessária, importa atentar na nova redacção do nº 1 e do nº 2 do art.º 8º da mesma lei:

“1 - São passíveis de recurso, para a câmara de recurso, as decisões dos colégios arbitrais que:

a) Sancionem infrações disciplinares previstas pela lei ou pelos regulamentos disciplinares aplicáveis;

b) Estejam em contradição com outra, já transitada em julgado, proferida por um colégio arbitral ou pela câmara de recurso, no domínio da mesma legislação ou regulamentação, sobre a mesma questão fundamental de direito, salvo se conformes com decisão subsequente entretanto já tomada sobre tal questão pela câmara de recurso.

2 - Das decisões proferidas pela câmara de recurso, pode haver recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo quando esteja em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental ou quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos quanto ao recurso de revista.”

Perante semelhante formulação, em matéria recursória, o que está em causa na nova apreciação constitucional é perceber se houve superação da violação, sentenciada pelo Acórdão nº 230/2013, do direito de acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efectiva, considerando que agora se prevê “dois tipos de recurso: um, em casos limitados, para a câmara de recurso (...); outro, das decisões desta câmara, que constitui um recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo e que se reveste de particular excepionalidade”.¹¹⁴

A mecânica processa-se da seguinte forma: o apelo para a câmara de recurso apenas será possível no âmbito de decisões que “sancionem infracções disciplinares ou que estejam em contradição com outra decisão”; e das decisões que emanem daquela câmara apenas caberá “recurso de revista para o STA «quando esteja em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental ou quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito»”.¹¹⁵

¹¹³ A discussão e votação das alterações tiveram lugar na Reunião Plenária nº 116: Diário da Assembleia da República, 1ª Série, de 30 de julho de 2013, pp. 5-11 e 16-20.

¹¹⁴ Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série.

¹¹⁵ Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série.

A regra geral de irrecurribilidade, patente na anterior versão do diploma, transforma-se numa regra de recorribilidade excepcional, uma vez que as decisões do TAD apenas serão controladas pelos tribunais estaduais em situações privilegiadas, depois de passarem pelas exigências do recurso interno para a câmara de recurso e desde que demonstrem dignidade suficiente para ascender ao STA, sob determinados requisitos.

TamANHOS requisitos afiguram-se problemáticos porque pode haver um agente desportivo insatisfeito com uma decisão arbitral do TAD, que pretenda ver a sua causa submetida à apreciação de um tribunal comum, sem que esta se revista de relevância jurídica ou social e signifique apenas uma concreta pretensão individual. Parece haver legitimidade nesta vontade, na medida em que “uma determinada situação pode ser extremamente lesiva de direitos ou interesses legítimos de um cidadão e não se revestir, em termos objectivos, de relevância «social»”. Ora, como o direito constitucional de acesso aos tribunais visa tutelar, sobretudo, “posições jurídicas subjectivas, a título individual” será de afastar um cenário em que estas posições não sejam atendíveis, em sede de recurso, pelo facto de serem “social ou juridicamente «irrelevantes»”.¹¹⁶

Ademais, o recurso de revista a que faz referência o art.º 150º do CPTA, para o qual remete a norma impugnada, tem carácter marcadamente excepcional, como é sobejamente reconhecido pela jurisprudência do STA.¹¹⁷ A doutrina administrativista segue-lhe o encalço, afirmando a regra de não haver recurso do TCA para o STA, tendência quebrada apenas em casos-limite:

“Este artigo 150.º admite, no entanto, a possibilidade de um excecional recurso de revista para o STA de decisões proferidas em segunda instância pelo TCA. Uma das especificidades deste recurso é que a sua admissibilidade não é determinada por um critério quantitativo (e, portanto, em razão da alçada), mas segundo um critério qualitativo (...). O Supremo tem de acatar, em princípio, a matéria de facto fixada pelas instâncias (...). Como se compreende, atenta a excecionalidade deste recurso, o STA não tem vindo a admitir a

¹¹⁶ Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série.

¹¹⁷ A este propósito atente-se no Acórdão do STA, de 04/06/2013, Processo nº 0646/13: “a jurisprudência do STA, interpretando o comando legal, tem reiteradamente sublinhado a excecionalidade deste recurso, referindo que o mesmo só pode ser admitido nos estritos limites fixados neste preceito. Trata -se, efetivamente, não de um recurso ordinário de revista, mas antes, como de resto o legislador cuidou de sublinhar na Exposição de Motivos das Propostas de Lei n.os 92/VIII e 93/VIII, de uma «válvula de segurança do sistema» que apenas deve ser acionada naqueles precisos termos. Deste modo, a intervenção do STA só se justificará em matérias de assinalável relevância e complexidade, ou quando haja manifesta necessidade de uma melhor aplicação do direito, sob pena de se generalizar este recurso de revista, o que não deixaria de se mostrar desconforme com os aludidos fins tidos em vista pelo legislador”

revista, por entender não estarem em causa questões de importância fundamental, em relação à esmagadora maioria dos recursos que lhe têm sido dirigidos”.¹¹⁸

Face ao exposto, acompanhamos o PR nas dúvidas de constitucionalidade acima elencadas, “quer pelas limitações impostas aos recursos para a câmara de recurso, quer pela excepcionalidade do recurso de revista”, tendo como referência a jurisprudência fixada pelo TC no transacto Acórdão nº 230/2013. Haverá uma “abrangência de recorribilidade”, mediante um “mecanismo de reexame perante um órgão judicial do Estado”?¹¹⁹ A resposta está na ponta da pena, mas cuidaremos mais detalhadamente deste assunto no ponto seguinte, sufragados pela douda sentença dos juízes constitucionais.

3.1. Recorribilidade Excepcional - O Caso do Recurso de Revista para o STA

A susceptibilidade de recurso de uma decisão do TAD para um tribunal estadual está pré-ordenada à verificação de dois factores: em primeiro lugar, a decisão em apreço terá de ser proferida pela instância de recurso do TAD, nos termos do disposto no nº 2 do art.º 8º da LTAD e ultrapassados previamente os requisitos do nº 1 do mesmo artigo¹²⁰; em segundo lugar, para haver dignidade na causa, de molde a permitir a sua ascensão ao STA, terá de se tratar da avaliação de uma questão com manifesta relevância jurídica ou social ou a aceitação do recurso configurar um meio necessário para a melhor aplicação do direito.¹²¹ Posto de outra forma, a última palavra na resolução dos conflitos desportivos sujeitos à arbitragem necessária do TAD apenas caberá ao STA se estiverem cumpridas aquelas condições.

Lançados os dados da equação, cumpre-nos agora apreciar o regime do recurso excepcional de revista para o STA, conforme descrito no art.º 150º do CPTA e para o qual se remete no nº 2 do artigo 8º da LTAD (“aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos quanto ao recurso de revista”).

A jurisprudência do STA permite identificar os traços distintivos do recurso de revista, prescrevendo, a talhe de foice, que a intervenção deste tribunal de 3ª instância “é considerada justificada apenas em matérias de assinalável relevância e complexidade, sob pena de se

¹¹⁸ Cfr. AROSO DE ALMEIDA, Mário & FERNANDES CADILHA, Carlos Alberto, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 3.ª edição revista, Coimbra, 2007.

¹¹⁹ Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série.

¹²⁰ Deste nº 1 “decorre, desde logo, que para muitos dos litígios submetidos à apreciação do TAD se encontra prevista uma única instância - a que é exercida pelos colégios arbitrais. Com efeito, fora dos casos identificados no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do TAD, as decisões dos colégios arbitrais não são passíveis de recurso nem para a instância de recurso do TAD nem para os tribunais estaduais”. Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série

¹²¹ Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série

desvirtuarem os fins tidos em vista pelo legislador”¹²². Densificando os pressupostos do recurso de revista, a mesma jurisprudência assinala que “a relevância jurídica fundamental, exigida pelo artigo 150.º n.º 1 do CPTA, se verifica tanto em face de questões de direito substantivo, como de direito processual, sendo essencial que a questão atinja o grau de relevância fundamental. (...) O preenchimento do conceito indeterminado verifica-se, designadamente, quando se esteja perante questão jurídica de elevada complexidade, seja porque a sua solução envolve a aplicação e concatenação de diversos regimes legais e institutos jurídicos, seja porque o seu tratamento tenha suscitado dúvidas sérias, ao nível da jurisprudência, ou ao nível da doutrina”. Estar-se-á em face de um “assunto de relevância social fundamental quando a situação apresente contornos indiciadores de que a solução pode ser um paradigma ou orientação para se apreciarem outros casos, ou quando tenha repercussão de grande impacto na comunidade”.¹²³

Relativamente à vertente de “melhor aplicação do direito”, requisito alternativo de submissão de litígios ao STA, a jurisprudência afiança que a admissão do recurso de revista “tem tido lugar relativamente a matérias importantes tratadas pelas instâncias de forma pouco consistente ou contraditória, impondo-se a intervenção do órgão de cúpula da justiça administrativa como condição para dissipar dúvidas sobre o quadro legal que regula certa situação, vendo-se a clara necessidade de uma melhor aplicação do direito com o significado de boa administração da justiça em sentido amplo e objetivo, isto é, que o recurso não visa primariamente a correção de erros judiciais”.¹²⁴

A doutrina, por seu turno, advoga que o fito nuclear “desta revista não será tanto a defesa do recorrente quanto a realização de interesses comunitários de grande relevo, designadamente, a boa aplicação do direito”¹²⁵, acrescentando que “a construção deste sistema de revista acaba por determinar que a satisfação do interesse do recorrente em ver a decisão que lhe foi desfavorável reapreciada está diretamente dependente e condicionada pela utilidade de que a impugnação se reveste e que ultrapassa o exclusivo núcleo de interesses do mesmo”, sendo pensável apenas “na exata medida em que, concomitantemente aos interesses defendidos pelo recorrente, da admissão da mesma possa resultar, igualmente, uma utilidade para o sistema jurídico ou para a comunidade”¹²⁶. Do que se extrai que o recurso de revista

¹²² Cfr. Acórdão do STA, de 03/10/2013, Processo nº 01244/13.

¹²³ Cfr. Acórdão do STA, de 03/10/2013, Processo nº 01244/13.

¹²⁴ Cfr. Acórdão do STA, de 03/10/2013, Processo nº 01244/13.

¹²⁵ Cfr. VIEIRA DE ANDRADE, *op. cit.*, p. 413.

¹²⁶ Cfr. FERNANDEZ, Elizabeth, *Notas sobre a excecionalidade da revista no processo administrativo*, Cadernos de Justiça Administrativa, nº 60, 2006, p. 26-27.

tem um cariz maioritariamente objectivo, tendo sido concebido para a defesa de interesses comunitários e não propriamente para o amparo de direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares.

Outro aspecto merecedor de análise prende-se com os poderes de cognição do tribunal de revista. De acordo com o regime expresso no art.º 150º do CPTA, o STA só tem poderes de cognição quanto a questões de direito, não podendo debruçar-se sobre a matéria de facto, que terá de estar inelutavelmente fixada pelo tribunal inferior, “estando, à partida, excluído o recurso com base em erro de julgamento quanto à matéria de facto”.¹²⁷ Neste particular, a doutrina defende que o “Supremo tem de acatar, em princípio, a matéria de facto fixada pelas instâncias (n.º 3), tendo aí uma função meramente residual, destinada a averiguar da observância de regras de direito probatório material (n.º 4) ou a mandar ampliar a decisão sobre a matéria de facto, quando esta não constitua base suficiente para a decisão de direito ou ocorram contradições na decisão sobre a matéria de facto que inviabilizem a decisão jurídica”.¹²⁸ O mesmo é dizer que, no recurso de revista, as partes não podem discutir o mérito da decisão arbitral sobre a matéria de facto, o que configura mais um elemento castrador, na tese do TC.

Bem vistas as coisas e revertendo agora ao caso concreto, conclui-se que, excluindo certas matérias de assinalável relevância e complexidade, “a última palavra na resolução dos litígios submetidos à jurisdição arbitral necessária do TAD continua a não caber aos tribunais estaduais”¹²⁹, por uma variada ordem de razões. A saber, resumidamente:

- a) O crivo apertado do recurso interno à câmara de recurso do TAD, que o limita a decisões relativas a infracções disciplinares ou que estejam em contradição com outras decisões afins;
- b) A previsão de um só recurso aos tribunais estaduais que não visa garantir posições subjectivas individuais, caracterizando-se, antes, por ter índole objectiva;
- c) A complexidade e relevância exigidas à causa a submeter ao STA, bem como os poderes de cognição limitados a questões de direito deste tribunal, excluindo matéria de facto.

Por tudo isto - e não só -, o TC entendeu que a LTAD não conseguiu “suprir a insuficiência de mecanismos de acesso à justiça estadual”, persistindo, pelo contrário, na

¹²⁷ Neste sentido, AROSO DE ALMEIDA, Mário & FERNANDES CADILHA, Carlos Alberto, *op. cit.*, p. 984.

¹²⁸ Cfr. AROSO DE ALMEIDA, Mário & FERNANDES CADILHA, Carlos Alberto, *ibidem*, p. 984.

¹²⁹ Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série.

“violação do direito de acesso aos tribunais (...) quer pelas limitações impostas quanto às decisões recorríveis, quer pela excepcionalidade dos requisitos de admissão do recurso de revista”. Assim sendo, a recorribilidade das decisões arbitrais para os tribunais estaduais, nos moldes previstos nas normas impugnadas, foi declarada inconstitucional.¹³⁰

No contraditório, manteve-se a dissonância da juíza Maria João Antunes, com os mesmos motivos do aresto anterior, somando-se-lhe, agora, a juíza Maria de Fátima Mata-Mouros que, sinteticamente, sufraga a suficiência garantística da ordem jurisdicional dos tribunais arbitrais, para justificar a sua posição, cujo volte-face tem raiz principal na abertura pela LTAD ao recurso de revista para o STA, alegando que, assim, “a interacção com a justiça estadual (...) só pode continuar a ser considerada insuficiente para assegurar o direito de acesso à justiça, num entendimento demasiadamente restritivo”.¹³¹

Moral da história: 2ª fiscalização constitucional, 2º chumbo da LTAD. O legislador está praticamente obrigado a consagrar a susceptibilidade de recurso efectivo das decisões do TAD para os tribunais estaduais¹³². Fá-lo-á ou prosseguirá um tortuoso caminho legiferante?¹³³ Desvendá-lo-emos nas próximas linhas.

4. A Susceptibilidade de Recurso de Mérito das Decisões do TAD - Lei nº 33/2014

Após novo desaire na órbita constitucional, a LTAD desceu à AR e foi alvo da primeira alteração, antes sequer de entrar em vigor, por via do Projecto de Lei nº 523/XII¹³⁴ que redundou na Lei nº 33/2014, de 16 de Junho. Neste “take 3” do TAD¹³⁵, a preocupação é definitivamente voltada para a superação dos obstáculos constitucionais, garantindo-se o direito de acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efectiva, para pôr o tribunal em funcionamento.

Muito embora se pretendesse, no início do processo “demiúrgico”, a autonomização absoluta da jurisdição desportiva, o certo é que a irredutibilidade do TC, quanto à necessidade

¹³⁰ Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série.

¹³¹ Cfr. Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série.

¹³² Como anota CLUNY: “as possibilidades de o legislador conseguir fugir (...) estão praticamente inviabilizadas”. Cfr. CLUNY, João Lima (2014, Fevereiro). O Tribunal Constitucional, o Tribunal Arbitral do Desporto e o recurso para os Tribunais Estaduais. *Newsletter MLGTS nº 2*.

¹³³ “Trágico-comédia legislativa” chama-lhe MEIRIM em MEIRIM, José Manuel (2013, 24 de Novembro). Para onde vais, Tribunal Arbitral do Desporto?. *Público*.

¹³⁴ Projecto de Lei nº 523/XII, por iniciativa do Governo, que depois de discussão na generalidade e na especialidade e votação final global, teve a redacção final expressa no Decreto da AR nº 226/XII.

¹³⁵ Expressão “roubada” a MEIRIM em MEIRIM, José Manuel (2014, 30 de Março). Tribunal Arbitral do Desporto ou novo Conselho de Justiça?. *Público*.

de recurso efectivo (não excepcional) para a “justiça comum”, levou o legislador a abdicar da vontade primitiva e a estipular o acesso, em fase de recurso das decisões arbitrais necessárias, à 2ª instância dos tribunais administrativos - o TCA - configurando uma autonomia relativa da jurisdição desportiva.¹³⁶

Estabelece o art.º 3º da Lei nº 33/2014 que a nova redacção afecta “os artigos 4.º, 8.º, 52.º, 53.º, 54.º e 59.º da lei do TAD”.¹³⁷ Deste conjunto, detenhamo-nos nas alterações realizadas nos artigos 4º e 8º, com implicação directa no tema ora em discussão:

“Artigo 4.º

1 - Compete ao TAD conhecer dos litígios emergentes dos atos e omissões das federações desportivas, ligas profissionais e outras entidades desportivas, no âmbito do exercício dos correspondentes poderes de regulamentação, organização, direcção e disciplina. (...)

3 - O acesso ao TAD só é admissível em via de recurso de:

a) Deliberações do órgão de disciplina ou decisões do órgão de justiça das federações desportivas, neste último caso quando proferidas em recurso de deliberações de outro órgão federativo que não o órgão de disciplina;

b) Decisões finais de órgãos de ligas profissionais e de outras entidades desportivas.

4 - Com excepção dos processos disciplinares a que se refere o artigo 59.º da Lei nº 38/2012, de 28 de agosto, compete ainda ao TAD conhecer dos litígios referidos no n.º 1 sempre que a decisão do órgão de disciplina ou de justiça das federações desportivas ou a decisão final de liga profissional ou de outra entidade desportiva não seja proferida no prazo de 45 dias ou, com fundamento na complexidade da causa, no prazo de 75 dias, contados a partir da autuação do respetivo processo.

5 - Nos casos previstos no número anterior, o prazo para a apresentação pela parte interessada do requerimento de avocação de competência junto do TAD é de 10 dias, contados a partir do final do prazo referido no número anterior, devendo este requerimento obedecer à forma prevista para o requerimento inicial.

6 - (*Anterior n.º 5.*)

Artigo 8.º

1 - As decisões dos colégios arbitrais são passíveis de recurso para o Tribunal Central Administrativo, salvo se as partes acordarem recorrer para a câmara de recurso, renunciando expressamente ao recurso da decisão que vier a ser proferida.

2 - Ao recurso para o Tribunal Central Administrativo mencionado no número anterior é aplicável o disposto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos quanto aos processos urgentes, tendo o mesmo efeito meramente devolutivo e devendo ser decidido no prazo de 45 dias.

(...)

¹³⁶ Cfr. Art.º 8º, nº 1 da LTAD.

¹³⁷ Cfr. Art.º 3º da Lei nº 33/2014, de 16 de Junho.

5 - São competentes para conhecer do recurso e impugnação referidos nos n.os 1 e 4 o Tribunal Central Administrativo Sul, no tocante a decisões proferidas no exercício da jurisdição arbitral necessária, ou o Tribunal da Relação do lugar do domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a sentença, no tocante a decisões proferidas no exercício da jurisdição arbitral voluntária, previstas nesta lei.

6 - A impugnação da decisão arbitral por força de qualquer dos meios previstos nos n.os 1 e 4 não afeta os efeitos desportivos determinados por tal decisão e executados pelos órgãos competentes das federações desportivas, ligas profissionais e quaisquer outras entidades desportivas.

7 - A decisão da câmara de recurso referida no n.º 1 é suscetível de recurso para o Supremo Tribunal Administrativo quando esteja em contradição, quanto à mesma questão fundamental de direito, no domínio da mesma legislação ou regulamentação, com acórdão proferido por Tribunal Central Administrativo ou pelo Supremo Tribunal Administrativo.

8 - Ao recurso previsto no número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime do recurso para uniformização de jurisprudência regulado no Código de Processo nos Tribunais Administrativos, contando-se o respetivo prazo a partir da notificação da decisão arbitral e devendo o mesmo ser acompanhado de cópia do processo arbitral.”¹³⁸

As modificações operadas estabeleceram um novo regime de recurso da decisão arbitral, na medida em que “da mesma decisão (da decisão do colégio arbitral) caberá recurso, em alternativa, e sem qualquer reserva (ou seja, sem que tenha de verificar-se, como antes, algum pressuposto específico), para o Tribunal Central Administrativo ou para a Câmara de Recurso do TAD; só que, a opção por esta segunda via terá de ser expressa e implicará a renúncia a ulterior recurso”¹³⁹ Neste último caso, não obstante a renúncia por acordo à intervenção do TCA, existe a possibilidade de recurso da decisão da câmara de recurso para o STA em situações de contradição jurisprudencial, na linha do regime de recurso para uniformização de jurisprudência regulado no art.º 152º do CPTA.¹⁴⁰

Conformado o regime de recurso nos termos acima expostos, parece ser de concluir que a causa da inconstitucionalidade prévia, ou seja, a recorribilidade excepcional das decisões arbitrais, deixou de existir, passando esta a assumir contornos mais gerais, permitindo um verdadeiro e pleno acesso aos tribunais estaduais em sede de recurso. Deste modo, afigura-se que a solução encontrada “vai perfeitamente ao encontro da orientação assumida por esse

¹³⁸ Cfr. Art.º 3º da Lei nº 33/2014, de 16 de Junho.

¹³⁹ Cfr. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2014), *Parecer sobre o Projecto de Lei nº 523/XII/3ª*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, p. 2.

¹⁴⁰ Cfr. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2014), *ibidem*, p. 2.

Tribunal (Constitucional) em matéria de reserva de jurisdição dos tribunais do Estado, enquanto elemento da garantia judiciária constitucionalmente consagrada”¹⁴¹

Pedra de toque da mudança é a aplicação do art.º 149º do CPTA, referente aos poderes de cognição do tribunal de apelação, na medida em que permite ao tribunal de recurso “decidir o objecto da causa, conhecendo do facto e do direito”¹⁴² e versar sobre questões desconsideradas pelo tribunal recorrido, entrando no mérito da causa, detalhe fulcral para prover às garantias contenciosas especiais que a arbitragem necessária reclama e que o TC sublinhou a negro.¹⁴³

Atente-se noutra subtiliza importante do novo regime recursório: no caso de renúncia à intervenção do TCA, mediante acordo expresso de acesso à câmara de recurso do TAD, as especiais garantias contenciosas não perigam porque, muito embora as partes sejam compelidas a recorrer à arbitragem, numa primeira fase, sem intervenção dos tribunais estaduais, por força da imposição legal de arbitragem necessária, numa segunda fase, após proferição da sentença arbitral, a parte vencida pode optar entre recorrer à jurisdição estadual ou manter-se no seio arbitral. Este momento revela-se decisivo, dado que, se a opção recair na permanência no TAD para apreciação do recurso, a arbitragem necessária como que se convola em arbitragem voluntária, sem desprimor da tutela judicial efectiva.¹⁴⁴

Retomando o recurso para o TCA, refira-se que o mesmo assumirá carácter urgente¹⁴⁵, de molde a não pôr em causa a propalada celeridade que o ordenamento jurídico-desportivo exige, devendo “ser decidido no prazo máximo de 45 dias”. Como é sabido e nos termos do art.º 36º, nº 2 do CPTA, o processo que siga esta via correrá “em férias, com dispensa de vistos prévios, e os actos da secretaria serão praticados no próprio dia, com precedência sobre quaisquer outros”.¹⁴⁶ Terá ainda de se observar o disposto no art.º 147º do mesmo CPTA:

“1 - Nos processos urgentes, os recursos são interpostos no prazo de 15 dias e sobem imediatamente, no processo principal ou no apenso em que a decisão tenha sido proferida, quando o processo esteja findo no tribunal recorrido, ou sobem em separado, no caso contrário.

¹⁴¹ Cfr. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2014), *ibidem*, p. 3.

¹⁴² Cfr. Art.º 149º, CPTA.

¹⁴³ “Na verdade, pese o carácter necessário ou obrigatório do recurso à arbitragem, a nenhum interessado fica vedada a possibilidade de, sucessivamente, fazer intervir um tribunal estadual, com um poder jurisdicional de âmbito idêntico ao do tribunal arbitral: a situação é, pois, inteiramente paralela à que ocorre em outras situações de arbitragem «necessária»”. Cfr. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2014), *op. cit.*, p. 3.

¹⁴⁴ Connosco, CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2014), *ibidem*, p. 3.

¹⁴⁵ Cfr. Art.º 8º, nº 1, LTAD.

¹⁴⁶ Cfr. Art.º 36º, nº 2, CPTA.

2 - Os prazos a observar durante o recurso são reduzidos a metade e o julgamento pelo tribunal superior tem lugar, com prioridade sobre os demais processos, na sessão imediata à conclusão do processo para decisão.”¹⁴⁷

Outra novidade trazida pela alteração legislativa em apreço é a potencial supressão de um meio jurisdicional interno das federações no caminho até ao TAD - o CJ - eliminando-se uma etapa de apreciação e subvertendo-se o princípio do esgotamento dos mecanismos judicativos internos.¹⁴⁸ De facto, o acesso ao TAD, doravante, só será admissível em sede de recurso de “deliberações do órgão de disciplina ou decisões do órgão de justiça das federações desportivas, neste último caso quando proferidas em recurso de deliberações de outro órgão federativo que não o órgão de disciplina” ou de “decisões finais de órgãos de ligas profissionais e de outras entidades desportivas”.¹⁴⁹ Trata-se, portanto, de estipular o recurso directo do CD das federações desportivas para o TAD, solução que contraria o princípio da exaustão dos meios jurisdicionais internos, de larga tradição no seio desportivo.¹⁵⁰

Apenas assim não será em casos limitados, uma vez que “as decisões dos conselhos de justiça de que continuará a haver recurso para o TAD serão, pois, apenas aquelas que ele profira noutras áreas, que não a disciplinar: o caso mais comum será o de decisões desse conselho tomadas em via de impugnação de deliberações de outros órgãos federativos, maxime, a assembleia geral, o presidente ou a direcção”.¹⁵¹

A este propósito, é curioso notar o paradoxo que existe entre o objectivo e o potencial resultado, identificados pela doutrina, que subjaz à enunciada alteração. Se por um lado se define o objectivo nestes termos: “obstar a que a introdução de uma possibilidade generalizada de recurso das decisões arbitrais do TAD para o tribunal administrativo (ou para a Câmara de Recurso) acarrete um alargamento das instâncias e dos graus de recurso e, consequentemente, a dilação da decisão definitiva dos processos”¹⁵², por outro, por via dessa opção e em contradição com as exigências de rapidez de decisão definitiva, teme-se que haja “um sério risco desta nova instância (TAD) se ver, a breve trecho, plena de processos para decidir, gerando atrasos nada compatíveis com a celeridade que é fundamento da sua

¹⁴⁷ Tudo em nome da celeridade, logo se vê. Um *trade-off* legislativo.

¹⁴⁸ Gerando “efeitos relevantes no sistema de «justiça desportiva» (...) vigente”. Cfr. MEIRIM, José Manuel (2014, 30 de Março). Tribunal Arbitral do Desporto ou novo Conselho de Justiça?. *Público*.

¹⁴⁹ Cfr. redacção do novo art.º 4º, nº 3 da LTAD.

¹⁵⁰ Que “faz parte do ADN desportivo”. Cfr. MEIRIM, José Manuel (2014, 30 de Março). Tribunal Arbitral do Desporto..., op. cit.

¹⁵¹ Cfr. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2014), *Parecer sobre o Projecto de Lei nº 523/XII/3ª*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, p. 4.

¹⁵² Cfr. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2014), *Parecer sobre o Projecto de Lei nº 523/XII/3ª*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, p. 4.

criação”.¹⁵³ Receio fundado, mas que terá de aguardar pelo começo do funcionamento do TAD para se aquilatar da sua confirmação ou infirmação, obtendo-se, aí, a resposta para a dúvida sobre a suficiência ou ineficiência do temido “novo paradigma”.¹⁵⁴

Em suma e reportando ao sentido ontológico da Lei nº 33/2014, que procedeu à primeira alteração da Lei nº 74/2013, ferida de inconstitucionalidade, a possibilidade de acesso aos tribunais estaduais, em termos que o mérito das causas possa ser devidamente apreciado, de forma geral, pelo TCA, e não apenas em questões excepcionais, pelo STA, parece dar garantias contenciosas suficientes às posições subjectivas individuais dos cidadãos que se vejam envolvidos em conflitos jurídico-desportivos necessariamente submetidos à alçada do TAD. A reserva de jurisdição estadual, ao menos em sede de recurso, exigida pelos juízes do TC, terá sido finalmente alcançada.

Com efeito, a “alternatividade de recursos”, aparentemente, irá solucionar as dificuldades que impediram a entrada em funcionamento do TAD, na medida em que a solução encontrada pelo legislador não comprometerá os objectivos delineados na origem do procedimento legislativo, direccionados para o “universo peculiar” da lei desportiva, e, sobretudo, não colidirá com o direito de acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efectiva, conforme consagrados no art.º 20º, nº 1 da CRP.¹⁵⁵

Chegado ao fim o extenso processo demiúrgico da LTAD e aberta, definitivamente, a porta à materialização do TAD, é altura de apresentar os aspectos estruturais e organizativos mais relevantes da nova instância arbitral em matéria de litígios desportivos. Partindo do texto definitivo da LTAD e das evoluções entretanto verificadas (relembra-se que a presente dissertação é um organismo vivo que acompanha o devir do TAD), será esse o escopo do próximo capítulo, sem deixar de problematizar determinados aspectos merecedores de atenção, de que é exemplo o momento da entrada em vigor do tribunal.

III - O Tribunal Arbitral do Desporto

1. Estrutura e Organização

De forma necessariamente mais descritiva, a que é difícil renunciar, dado o assunto em análise, propomo-nos nas próximas linhas gizar, em traços gerais e com base no texto legal, as

¹⁵³ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2014, 30 de Março). Tribunal Arbitral do Desporto..., op. cit.

¹⁵⁴ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2014, 16 de Abril). O “novo” Tribunal Arbitral do Desporto. *A Bola*.

¹⁵⁵ Cfr. VIEIRA DA CRUZ, Marta (2014, 18 de Abril). Tribunal Arbitral do Desporto: À terceira será de vez? (4). *A Bola*.

principais características do TAD, as traves mestras, se se preferir, relativas aos aspectos estruturais e organizativos que presidirão ao seu funcionamento.

1.1. Natureza e Competência

O TAD foi concebido como uma “entidade jurisdicional independente, nomeadamente dos órgãos da administração pública do desporto e dos organismos que integram o sistema desportivo, dispondo de autonomia administrativa e financeira”¹⁵⁶, e estando habilitado com “competência específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto”.¹⁵⁷ A autonomia administrativa está directamente relacionada com a entidade responsável pela instalação e funcionamento do TAD, ou seja, o COP¹⁵⁸, ao passo que a autonomia financeira tem que ver com a auto-suficiência prevista do ponto de vista das receitas do tribunal.¹⁵⁹ No que respeita à jurisdição, será exercida em todo o território nacional, configurando-se como jurisdição plena em matéria de facto e de direito, sendo que a sede terá assento no COP.¹⁶⁰

Em matéria de arbitragem necessária, o TAD tem competência para “conhecer dos litígios emergentes dos actos e omissões das federações desportivas, ligas profissionais e outras entidades desportivas, no âmbito do exercício dos correspondentes poderes de regulamentação, organização, direcção e disciplina”¹⁶¹, encontrando-se salvaguardadas “as modalidades de garantia contenciosa previstas no CPTA que forem aplicáveis”.¹⁶²

O acesso ao TAD apresenta pré-requisitos na medida em que é apenas admissível em via de recurso de “deliberações do órgão de disciplina ou decisões do órgão de justiça das federações desportivas, neste último caso quando proferidas em recurso de deliberações de outro órgão federativo que não o órgão de disciplina” ou de “decisões finais de órgãos de ligas profissionais e de outras entidades desportivas”¹⁶³. Acrescente-se que “sempre que a decisão do órgão de disciplina ou de justiça das federações desportivas ou a decisão final de liga profissional ou de outra entidade desportiva não seja proferida no prazo de 45 dias ou,

¹⁵⁶ Cfr. Art.º 1º, nº 1, LTAD.

¹⁵⁷ Cfr. Art.º 1º, nº 2, LTAD.

¹⁵⁸ Cfr. Art.º 1º, nº 4, LTAD - autonomia relativamente ao Estado, porque, como vimos supra, deixa a desejar na autonomia face ao objecto do TAD.

¹⁵⁹ Nos termos do art.º 1º, nº 3 da LTAD “são receitas do TAD as custas processuais cobradas nos correspondentes processos e outras que possam ser geradas pela sua actividade, nomeadamente as receitas provenientes dos serviços de consulta e de mediação”.

¹⁶⁰ Cfr. Art.º 2º e 3º, LTAD.

¹⁶¹ Cfr. Art.º 4º, nº 1, LTAD.

¹⁶² Cfr. Art.º 4º, nº 2, LTAD.

¹⁶³ Cfr. Art.º 4º, nº 3, LTAD.

com fundamento na complexidade da causa, no prazo de 75 dias”¹⁶⁴ também competirá ao TAD conhecer de tais litígios, desde que se observe requerimento de avocação de competência junto do TAD, pela parte interessada, no prazo de 10 dias após o esgotamento daqueles prazos.¹⁶⁵ As questões estritamente desportivas, conforme se deu conta anteriormente, são excluídas da jurisdição do TAD.¹⁶⁶ O mesmo não se poderá dizer das questões em matéria de dopagem, uma vez que “compete ao TAD conhecer dos recursos das deliberações tomadas por órgãos disciplinares das federações desportivas ou pela Autoridade Antidopagem de Portugal em matéria de violação das normas antidopagem”¹⁶⁷ - a uniformização e especialização de julgados assim o determinam.

A arbitragem voluntária, por seu turno, poderá ser utilizada em todos os litígios que não se enquadrem nas situações descritas supra para a arbitragem necessária e que estejam “relacionados directa ou indirectamente com a prática do desporto”, com o pressuposto de serem “susceptíveis de decisão arbitral”, nos termos da LAV.¹⁶⁸ O recurso à arbitragem voluntária do TAD pode acontecer por via de convenção de arbitragem ou mediante cláusula estatutária federativa no caso de “litígios decorrentes da correspondente relação associativa”.¹⁶⁹ Nota especial para a arbitragem voluntária em matéria laboral, nos termos da qual a sua aplicação abrange “quaisquer litígios emergentes de contrato de trabalho desportivo celebrados entre atletas ou técnicos e agentes ou organismos desportivos, podendo ser apreciada a regularidade e licitude do despedimento”¹⁷⁰, assumindo o TAD, neste campo, o papel desempenhado pelas comissões arbitrais paritárias.¹⁷¹

No que respeita à matéria recursória, remete-se para tudo quanto foi dito nas páginas anteriores e para a leitura do art.º 8º da LTAD, não havendo necessidade de, nesta fase, estar a “chover no molhado”. Prossigamos, portanto, com a delimitação dos elementos estruturais do TAD.

1.2. Composição e Funcionamento

O TAD integrará na sua composição o Conselho de Arbitragem Desportiva, o Presidente, o Vice-presidente, os Árbitros, o Conselho Directivo, o Secretariado e a Câmara

¹⁶⁴ Cfr. Art.º 4º, nº 4, LTAD.

¹⁶⁵ Cfr. Art.º 4º, nº 5, LTAD.

¹⁶⁶ Cfr. Art.º 4º, nº 5, LTAD.

¹⁶⁷ Cfr. Art.º 5º, LTAD.

¹⁶⁸ Cfr. Art.º 6º, nº 1, LTAD.

¹⁶⁹ Cfr. Art.º 6º, nº 2, LTAD.

¹⁷⁰ Cfr. Art.º 7º, nº 1, LTAD.

¹⁷¹ Previstas na Lei nº 28/98, de 26 de Junho - cfr. art.º 7º, nº 2, LTAD.

de Recurso.¹⁷² Detenhamo-nos, individualizadamente, em cada um destes elementos, realçando as características mais relevantes.

1.2.1. O Conselho de Arbitragem Desportiva

O CAD é composto por 11 membros, para garantir a imparidade das votações, designados por diversas entidades, de molde a compor um universo com diferentes sensibilidades e obviar, assim, a parcialidades e dependências. Eis o método de designação de membros do CAD¹⁷³:

- Cinco juristas de reconhecido mérito e idoneidade, com experiência na área do desporto, sendo dois deles designados pelo COP, outros dois pela Confederação do Desporto de Portugal, e o restante pelo Conselho Nacional do Desporto;
- Três magistrados, em actividade ou não, designados pelo Conselho Superior da Magistratura, pelo Conselho Superior do Ministério Público e pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, à raiz de um por instituição;
- Um professor das Faculdades de Direito, sob indicação destas, designado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;
- Um advogado de reconhecido mérito e idoneidade, com experiência na área do direito do desporto, designado pela Ordem dos Advogados;
- Por último, o presidente do TAD.

O CAD será liderado pelos seus presidente e vice-presidente, eleitos, por maioria de votos, pelos seus membros, cujo mandato terá a duração de três anos, podendo ser renovado por dois períodos idênticos (até um limite de 9 anos, para não criar viciação no lugar).¹⁷⁴ Nota ainda para a estipulação de um princípio de independência para os membros do CAD, segundo o qual os mesmos “não podem agir como árbitros em litígios submetidos à arbitragem do TAD, nem como advogados ou representantes de qualquer das partes em litígio”.¹⁷⁵

De entre o elenco de competências cometidas ao CAD¹⁷⁶, que denunciam a sua importância na edificação do TAD, destacamos as seguintes:

- Estabelecer a lista de árbitros do TAD e designar os árbitros que a integram, bem como os árbitros que constituem a câmara de recurso;

¹⁷² Cfr. Art.º 9º, LTAD.

¹⁷³ Cfr. Art.º 10º, nº 1 e 2, LTAD.

¹⁷⁴ Cfr. Art.º 10º, nº 3 e 4, LTAD.

¹⁷⁵ Cfr. Art.º 10º, nº 6, LTAD.

¹⁷⁶ Cfr. Art.º 11º, LTAD.

- Aprovar os regulamentos de processo e de custas processuais da arbitragem voluntária e dos serviços de mediação e consulta, a lista de mediadores e consultores do TAD, a tabela de vencimentos do pessoal e o regimento do CAD;

- Garantir a independência do tribunal, mediante acompanhamento regular da sua actividade e sugestões de alteração legislativa ou regulamentar.

No que concerne a este último aspecto, sublinhe-se o exemplo dado pelo CAD, órgão de cúpula, para garantir a isenção das suas deliberações, pela previsão, no art.º 12º, nº 4 da LTAD, de impedimentos em situações de conflito de interesses.

1.2.2. A Presidência, o Conselho Directivo e o Secretariado

No domínio da Presidência do tribunal, cabe ao plenário dos árbitros eleger o presidente e o vice-presidente do TAD, que sairão da órbita daquele plenário, tendo um mandato de duração idêntico ao dos membros do CAD, com igual regra de renovação e limite.¹⁷⁷ O leque de competências do presidente do TAD abrange a representação do tribunal nas suas relações externas, a coordenação da sua actividade e a convocação e direcção das reuniões do conselho directivo.¹⁷⁸ O vice-presidente substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.¹⁷⁹

Outro elemento importante da orgânica do TAD é o Conselho Directivo, cuja composição integra o presidente e o vice-presidente do TAD, acrescidos de dois vogais e de um secretário-geral.¹⁸⁰ A selecção dos vogais processa-se de duas formas: “um dos vogais é eleito pelo plenário dos árbitros do TAD, de entre os seus membros, sendo o outro designado pelo Conselho Nacional do Desporto”.¹⁸¹ O secretário-geral também poderá ser designado de duas formas distintas: ou “pelo presidente do TAD, ouvidos o vice-presidente e os vogais do conselho directivo, de entre licenciados ou mestres em Direito com qualificação e experiência adequadas ao exercício da função ou mediante solicitação ao Ministério da Justiça (...) de entre funcionários judiciais com a categoria de secretário judicial”.¹⁸²

Ao Conselho Directivo compete, fundamentalmente, superintender a gestão e administração do TAD, sem prejuízo de funções mais específicas, como a elaboração dos regulamentos de processo e de custas aplicáveis no âmbito da arbitragem voluntária, da

¹⁷⁷ Cfr. Art.º 13º, LTAD.

¹⁷⁸ Cfr. Art.º 14º, nº 1, LTAD.

¹⁷⁹ Cfr. Art.º 14º, nº 2, LTAD.

¹⁸⁰ Cfr. Art.º 15º, nº 1, LTAD.

¹⁸¹ Cfr. Art.º 15º, nº 2, LTAD.

¹⁸² Cfr. Art.º 15º, nº 3, LTAD.

mediação e da consulta, que conterão as tabelas de honorários dos árbitros; a formação das listas dos juristas designados para emitirem pareceres, dos mediadores e dos consultores e o regulamento destes serviços; a aprovação do regulamento do secretariado do TAD e demais regulamentos internos de funcionamento; e, por último, a aprovação do orçamento e contas anuais do TAD.¹⁸³

Por sua vez, o secretariado do TAD será presidido pelo secretário-geral do Conselho Directivo, compondo “os serviços judiciais e administrativos necessários e adequados ao funcionamento do Tribunal”.¹⁸⁴

1.2.3. A Câmara de Recurso

À Câmara de Recurso, como o próprio nome indica, competirá apreciar os recursos das decisões arbitrais de 1ª instância que não tenham desembocado nos tribunais estaduais.

A sua constituição integrará o presidente do TAD (ou o vice-presidente, em caso de substituição) e oito árbitros designados pelo CAD, de entre os da lista do tribunal, sendo que, a cada dois anos, processar-se-á a substituição de quatro desses árbitros, mediante sorteio (ao menos, na primeira renovação).¹⁸⁵

Os árbitros designados para a Câmara de Recurso terão de aceitar essa designação (aceitação de que depende a efectividade da câmara), podendo descartá-la. Todavia, a partir do momento da aceitação, terá de se observar, por parte dos designados, um compromisso de disponibilidade de intervenção em qualquer recurso que suba àquela câmara, exceptuando “o caso de impedimento ou recusa ou de outro motivo específico que impossibilite essa intervenção, reconhecido pelo presidente do TAD”.¹⁸⁶

1.2.4. Os Árbitros

No tocante à lista de árbitros, sublinha-se o limite máximo de 40 árbitros que deverão integrá-la e cujo estabelecimento obedece ao disposto no art.º 21º da LTAD.¹⁸⁷ Esclarecidos, em sede própria, os requisitos intrínsecos dos árbitros, sublinhe-se, apenas, a proibição relativa (“salvo nos casos em que os magistrados judiciais o possam ser”) de responsabilização por danos decorrentes das suas decisões arbitrais.¹⁸⁸

¹⁸³ Cfr. Art.º 16º, nº 1 e 2, LTAD.

¹⁸⁴ Cfr. Art.º 18º, nº 1 e 2, LTAD.

¹⁸⁵ Cfr. Art.º 19º, nº 1 e 2, LTAD.

¹⁸⁶ Cfr. Art.º 19º, nº 3, LTAD.

¹⁸⁷ Cfr. Art.º 20º, nº 1, LTAD.

¹⁸⁸ Cfr. Art.º 20º, nº 6 LTAD.

O estabelecimento da lista de árbitros¹⁸⁹ é feito mediante apresentação de propostas de árbitros ao CAD com a seguinte configuração:

- Cinco árbitros designados pelas federações desportivas de modalidades olímpicas em cujo âmbito não se organizem competições desportivas profissionais;
- Cinco árbitros designados pelas federações desportivas de modalidades não olímpicas;
- Cinco árbitros designados pela Confederação do Desporto de Portugal;
- Dois árbitros designados pelas federações em cujo âmbito se organizem competições desportivas profissionais;
- Dois árbitros designados pelas ligas que organizem as competições desportivas profissionais referidas no parágrafo anterior;
- Um árbitro designado por cada uma das organizações socioprofissionais de praticantes, treinadores e árbitros das modalidades em que se disputam as competições desportivas profissionais, reconhecidas pelas respectivas federações;
- Dois árbitros designados pela Comissão de Atletas Olímpicos;
- Dois árbitros designados pela Confederação Portuguesa das Associações dos Treinadores;
- Dois árbitros designados pelas associações representativas de outros agentes desportivos, reconhecidas pelas federações respectivas;
- Um árbitro designado pela Associação Portuguesa de Direito Desportivo;
- Cinco árbitros escolhidos pela Comissão Executiva do COP, de entre personalidades independentes das entidades referidas nos parágrafos anteriores.

Trata-se de um método inclusivo e diversificado que permite seleccionar personalidades com filiações, afinidades e percursos distintos, de forma a estabelecer um conjunto alargado de opções para a definição da jurisprudência do TAD. Colheu a tese doutrinária da proximidade dos árbitros ao fenómeno desportivo, para além da qualificação jurídica¹⁹⁰, que, no entanto, não deixa de ser requerida (“pelo menos metade dos árbitros designados devem ser licenciados em Direito”¹⁹¹).

No estabelecimento final da lista de árbitros, verifica-se que o CAD tem um amplo poder de conformação, na medida em que “pode recusar fundamentadamente a inclusão (...)”

¹⁸⁹ Cfr. Art.º 21º, LTAD.

¹⁹⁰ Cfr. Art.º 20º, nº 2, LTAD.

¹⁹¹ Cfr. Art.º 21º, nº 5, LTAD.

de qualquer das personalidades indicadas”¹⁹², bem como escolher livremente os restantes membros até ao limite numérico previsto.¹⁹³

O mandato dos árbitros tem a duração de quatro anos, podendo ser renovado, a não ser que haja exclusão fundada de algum árbitro da lista fixada, situação que dará lugar à inclusão de um novo árbitro para o quadriénio em vigor.¹⁹⁴ Após a aceitação do encargo de árbitro, os árbitros só poderão ver interrompido o exercício das suas funções em determinados casos tipificados na LTAD, designadamente através de escusa, recusa, incapacitação ou inacção, nuns casos para prover às exigências de isenção e imparcialidade, nos outros às situações de conveniência ou impossibilidade superveniente.¹⁹⁵

No que tange ao momento posterior de designação dos árbitros, para cada litígio, no âmbito da arbitragem necessária, há que ter presente que a jurisdição do TAD é exercida por um colégio de três árbitros, provenientes da lista acima mencionada. Cada parte designa um árbitro e os dois árbitros escolhidos, por sua vez, seleccionam o restante árbitro que actuará como presidente do colégio de árbitros. Em caso de falta ou desacordo na designação de árbitros, intervirá o TCA-Sul, na pessoa do seu presidente, para designar o árbitro faltoso, não havendo possibilidade de recurso desta decisão.¹⁹⁶ As disposições normativas, nesta matéria, para a arbitragem voluntária são semelhantes, existindo apenas algumas subtilidades, por exemplo, ao nível da possibilidade de decisão arbitral por árbitro único, flexibilização que se justifica pela natureza convencional da instância.¹⁹⁷ A designação de árbitros para a Câmara de Recurso obedece às condições estabelecidas para a 1ª instância, com a agravante de não poder fazer parte “desta câmara, no âmbito do mesmo processo, qualquer elemento que tenha integrado o colégio arbitral em primeira instância”, de forma a garantir uma reapreciação neutra e efectiva do conflito.¹⁹⁸

1.3. Serviços Complementares: Consulta e Mediação

Em paralelo com a actividade primordial de arbitragem necessária e voluntária de litígios desportivos, para a qual foi fundamentalmente concebido, o TAD desenvolverá dois serviços complementares que poderão contribuir para a diminuição da litigância jurídico-desportiva: a consulta e a mediação. Vejamos, de espaço, em que consistem.

¹⁹² Cfr. Art.º, 20º, nº 4, LTAD.

¹⁹³ Cfr. Art.º 20º, nº 3, LTAD.

¹⁹⁴ Cfr. Art.º 22º, LTAD.

¹⁹⁵ Para uma análise mais exaustiva do tema, cfr. art.º 23º a 27º, LTAD.

¹⁹⁶ Para as regras de designação dos árbitros na arbitragem necessária, consultar art.º 28º, LTAD.

¹⁹⁷ Cfr. Art.º 29º, LTAD.

¹⁹⁸ Cfr. Art.º 30º, LTAD.

O serviço de consulta terá como atribuição a emissão de pareceres não vinculativos que versem sobre questões jurídicas emergentes do ordenamento jurídico-desportivo e funcionará a pedido “dos órgãos da administração pública do desporto, do COP, Comité Paralímpico de Portugal, das federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva, das ligas profissionais e da Autoridade Antidopagem de Portugal”.¹⁹⁹

Após recepção do requerimento de parecer, o presidente do TAD decidirá se a matéria em apreço é suficientemente digna para merecer provimento, designando, em caso afirmativo, um árbitro único ou um colégio arbitral formado por três árbitros, provenientes da lista de árbitros, e seleccionando o respectivo árbitro presidente e as questões a serem apreciadas.²⁰⁰ O parecer emitido a final poderá servir o público em geral, na medida em que poderá ser publicitado na página do TAD na internet, a não ser que o requerente do mesmo se oponha à publicação, fundamentadamente.²⁰¹

Por seu turno, o serviço de mediação do TAD, previsto no art.º 32 da LTAD, trata-se de “um processo voluntário e informal de resolução de litígios ligados ao desporto, baseado numa convenção de mediação e desenvolvido sob a direcção de um mediador do TAD”.²⁰² A convenção de mediação não é mais do que um acordo entre as partes, nos termos da qual, ambas aceitam submeter ao serviço de mediação do TAD qualquer conflito desportivo, presente, passado ou futuro, surgido entre si, “através de cláusula expressa inserida num contrato ou sob a forma de documento autónomo”²⁰³, sendo que o âmbito de aplicação da mediação se encontra definido pela negativa: não será aplicável à resolução de litígios sujeitos à autoridade dos órgãos disciplinares desportivos ou relativos a matérias disciplinares, de dopagem ou violência associada ao desporto.²⁰⁴

O processo de mediação tem início mediante requerimento dirigido ao presidente do TAD, por qualquer das partes interessadas na causa. Após a sua recepção, é concedido às partes um prazo de 15 dias para escolherem de comum acordo o mediador que instruirá o processo, proveniente da lista de mediadores. Na falta de acordo, o presidente do TAD procederá à designação.²⁰⁵

¹⁹⁹ Cfr. Art.º 33º, n.º 1, LTAD.

²⁰⁰ Cfr. Art.º 33º, n.º 2, LTAD.

²⁰¹ Cfr. Art.º 33º, n.º 4, LTAD.

²⁰² Cfr. Art.º 63º, LTAD.

²⁰³ Cfr. Art.º 64º, LTAD.

²⁰⁴ Cfr. Art.º 65º, LTAD.

²⁰⁵ Cfr. Art.º 67º e 68º, LTAD.

A mediação, na melhor das hipóteses²⁰⁶, terminará com a assinatura de um termo de transacção redigido pelo mediador e assinado por todos os intervenientes no processo. O termo é de cumprimento obrigatório e, se não for respeitado, pode ser executado judicialmente ou através de arbitragem, a pedido de qualquer das partes.²⁰⁷

2. Questões Iminentes: Instalação e Entrada em Vigor do TAD

Antes de adentrar na temática em epígrafe, uma palavra para os aspectos processuais da LTAD. Não se pense que houve uma desconsideração negligente dos mesmos. Acontece que depois de uma leitura atenta do Título II da LTAD²⁰⁸, referente ao processo arbitral, não encontrámos grandes questões controversas. Na verdade, as regras processuais que regerão os processos sob a alçada do TAD não diferem, substancialmente, das tradicionais regras processuais civis, administrativas e arbitrais.²⁰⁹

Há uma preocupação pela observância dos princípios estruturantes do processo, designadamente os princípios da igualdade, do contraditório, da audiência (oral ou escrita), da boa-fé e cooperação processuais e da publicidade.²¹⁰ Certamente haverá itens a ponderar ou debater, do ponto de vista processual²¹¹, não o negamos, mas perante a magnitude de outros temas, não podemos deixar de vê-los como questões de lana-caprina, se nos for permitido o atrevimento.

Feita a advertência, passemos ao assunto do momento, discutido enquanto o presente estudo se encontra na forja: falamos, pois, do instante da instalação e da entrada em vigor do TAD. Reza o art.º 5º da Lei nº 74/2013 que a “a presente lei entra em vigor no prazo de 90 dias após a instalação do TAD”, sendo que a LTAD, aprovada em anexo àquela lei²¹², entra em vigor precisamente no mesmo prazo. Isto dito, convém identificar no tempo o momento exacto da instalação do TAD para perceber a data específica da entrada em vigor quer do tribunal, quer da lei que lhe confere legitimidade.

Como é consabido, o “ser” muitas vezes distrata o “dever-ser”. Ora, no que tange ao assunto *sub iudice*, o aforismo parece ter aplicação, uma vez que, não obstante a dilação do prazo para a entrada em vigor da LTAD, o facto é que a mesma, sem formalmente estar em

²⁰⁶ Se não houver outra causa para a extinção do processo - cfr. art.º 73º, LTAD.

²⁰⁷ Cfr. Art.º 74º, LTAD.

²⁰⁸ Cfr. Art.º 34º a 62º, LTAD.

²⁰⁹ Como também reparou ALVES TEIXEIRA em ALVES TEIXEIRA, Carla (2014, 27 de Outubro). Um novo tribunal, as mesmas regras? (11). *A Bola*.

²¹⁰ Cfr. Art.º 34º, LTAD.

²¹¹ Como anota ALVES TEIXEIRA, por exemplo, no caso da aparentemente desnecessária redução da taxa de justiça da arbitragem em ALVES TEIXEIRA, Carla (2014, 27 de Outubro). Um novo tribunal..., op. cit..

²¹² Cfr. Art.º 2º, Lei nº 74/2013.

vigor, materialmente vem sendo executada.²¹³ De facto, ultimamente foram praticados diversos actos imprescindíveis²¹⁴ para permitir a aplicação da LTAD e considerar instalado o TAD, sem os quais nem uma nem outra seriam possíveis. Em todo o caso, é líquido e notório que o TAD ainda se encontra “coxo”, faltando-lhe vários “instrumentos logísticos, humanos e normativos para entrar em funcionamento pleno”.²¹⁵

Mas então, em que altura se deve declarar instalado o TAD para começar a contagem do prazo para a sua entrada em vigor? Duas teses se confrontam²¹⁶: a primeira sustenta que, consolidado o Conselho Directivo, o TAD deve ser declarado instalado, no sentido de utilizar os 90 dias restantes, para a concretização das tarefas em falta, numa espécie de contagem decrescente para a abertura de portas em pleno; a segunda teoria abraça a ideia de que apenas se deverá considerar instalado o TAD no momento em que todas as questões pendentes indispensáveis ao funcionamento do tribunal se encontrem resolvidas.

Sem prejuízo dos argumentos jurídicos (já lá iremos), o bom senso aconselha a opção pelo segundo entendimento enunciado. Uma instalação formal, fictícia poderá ser utilitária, mas pouco condizente com a rectidão de um processo de instalação de um tribunal.²¹⁷

Atente-se, agora, num perigo concreto da aplicação da primeira tese em confronto: estabelece o art.º 3º da Lei nº 74/2013 que esta lei “aplica-se aos processos iniciados após a sua entrada em vigor” e que a sua hipotética aplicação “aos litígios pendentes à data da sua entrada em vigor carece de acordo das partes”. Imagine-se que os procedimentos que faltam para o TAD poder entrar em funcionamento pleno não conseguem ser alcançados no prazo de 90 dias após a declaração de instalação. O que fazer aos litígios desportivos? Entregá-los à competência material do TAD, embora “diminuído nas capacidades”, ou direccioná-los aos tribunais administrativos, ao arrepio da LTAD? Não sabemos a resposta - trata-se de questões para deixar ao critério dos árbitros ou dos juízes, conforme o caso.²¹⁸

²¹³ Disso dá-nos conta MEIRIM, fazendo a cronologia dos acontecimentos e identificando como concluída a designação dos membros do CAD, o estabelecimento da lista dos 40 árbitros, a eleição do presidente e do vice-presidente do TAD e a constituição do Conselho Directivo (praticamente concluída neste caso). Cfr. MEIRIM, José Manuel (2015, 18 de Junho). O Tribunal Arbitral do Desporto: questões 2 Primeira parte. *A Bola*.

²¹⁴ E mais se seguirão, como a designação do secretário-geral e do secretariado, a aprovação dos regulamentos de processo e de custas processuais no âmbito da arbitragem voluntária e dos serviços de mediação e consulta, a aprovação da lista de mediadores e da tabela de vencimentos do pessoal do TAD. Cfr. MEIRIM, José Manuel (2015, 18 de Junho). *Ibidem*.

²¹⁵ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2015, 18 de Junho). *Ibidem*.

²¹⁶ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2015, 28 de Junho). O Tribunal Arbitral do Desporto: questões 2 - segunda parte. *A Bola*.

²¹⁷ “O TAD não é (...) uma mercearia” assinala, ironicamente, MEIRIM, em MEIRIM, José Manuel (2015, 05 de Julho). É o Tribunal Arbitral do Desporto uma mercearia?. *Público*.

²¹⁸ Com MEIRIM, José Manuel (2015, 28 de Junho). O Tribunal Arbitral do Desporto: questões 2 - segunda parte. *A Bola*.

Por outro lado, o período de *vacatio legis* estabelecido pelo legislador tem como função permitir aos cidadãos adaptarem-se à nova lei, conhecendo-a antes da sua entrada em vigor. Ora, faltando elementos para se poder dizer concluída a instalação do TAD e não havendo regulamentos de processo e de custas aprovados, que fazem parte da cognição completa das normas em jogo, não se vê como o conhecimento da lei e da nova realidade pelos cidadãos, potenciais litigantes, se possa operar sem constrangimentos. Ademais, estando-se na iminência de “uma verdadeira revolução no sistema vigente de resolução de litígios desportivos de natureza pública, deixando os tribunais administrativos de serem o ponto cardeal do modelo, sendo substituídos pela arbitragem necessária do TAD”²¹⁹, deveria haver uma maior cautela na garantia de uma preparação atempada e eficaz dos agentes desportivos, o que seria conseguido de forma mais eficiente pela segunda tese apresentada.

Curiosamente, o presidente do COP, depois de ouvidos os presidentes do CAD e do TAD, respectivamente, emitiu a declaração de instalação do TAD, com data de 2 de Julho de 2015, determinando a sede do tribunal, como previsto, nas instalações do COP, sitas em Lisboa,²²⁰ o que significa a opção pela primeira tese em confronto, em antítese com o que seria juridicamente mais avisado. Assim sendo, a data de entrada em vigor do TAD e da LTAD não oferece dúvidas: 30 de Setembro de 2015.²²¹ Prevaleceu uma concepção formal da instalação do TAD, ao invés de uma concepção material, necessariamente mais correcta, por mais verdadeira.²²²

E assim, de supetão, encontramos-nos no ocaso da presente dissertação: os aspectos estruturais, organizativos e de funcionamento do TAD, que se revestiam de maior relevância, foram dilucidados, ao passo que o TAD se encontrava - literalmente - em andamento. O ocaso de uns é o dealbar de outros, pelo que é chegado o momento de, percorrido um complexo e moroso processo de construção (não totalmente finalizado, mas em vias disso), o TAD dar o tiro de partida de uma jurisprudência especializada. Antes disso, deparemo-nos, seguidamente, com as principais conclusões a retirar do estudo realizado.

²¹⁹ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2015, 05 de Julho). É o Tribunal Arbitral..., op. cit.

²²⁰ Cfr. Declaração de Instalação do TAD no COP, pela mão do seu presidente, datada de 2 de Julho de 2015.

²²¹ Cfr. MEIRIM, José Manuel (2015, 05 de Julho). É o Tribunal Arbitral..., op. cit.

²²² DIAS FERREIRA, Carlos André, esclarecia: “assim que sejam aprovados todos os regulamentos necessários ao funcionamento do TAD, definida a organização e composição do secretariado (...) e decidida a exacta localização física do TAD, este considerar-se-á definitivamente instalado e pronto a funcionar, entrando a respectiva lei em vigor 90 dias após a instalação”. Afinal o TAD foi instalado antes daqueles procedimentos estarem concluídos, ao contrário do que seria expectável. Cfr. DIAS FERREIRA, Carlos André (2015, 28 de Maio). Qual é o Problema?. *Record*.

Conclusão

Na antecâmara do encerramento da precedente elucubração, propomo-nos expor, sucintamente, as conclusões fundamentais percebidas durante o estudo efectuado. Sem prejuízo da opinião produzida previamente, conscientemente tímida, dado o carácter científico e objectivo do empreendimento, alerta-se para um potencial aumento da subjectividade, nas próximas linhas, por se tratar do momento adequado para provocá-lo. Sem mais delongas, eis as ilações a que chegámos:

- A criação do TAD surgiu por imperativos de celeridade, especialização e uniformização no julgamento de litígios jurídico-desportivos, procurando verter para a realidade nacional, a experiência positiva verificada com a prática internacional, mormente o exemplo do TAS.

- O objectivo primário de afastar a jurisdição estadual do ordenamento jurídico-desportivo, patenteado nas primeiras iniciativas legislativas, mediante o estabelecimento de arbitragem necessária no âmbito dos conflitos desportivos, sem possibilidade de acesso aos tribunais “comuns”, esbarrou no TC, a nosso ver acertadamente, esfumando-se a autonomização plena da justiça desportiva.

- Se a consagração de arbitragem necessária não encontra grandes obstáculos no quadro axiológico de valores da CRP, até pelas experiências prévias supra mencionadas, a insusceptibilidade de recurso para os tribunais estaduais das decisões arbitrais, em condições que permitam apreciar o mérito da causa - e não apenas limitado a questões de constitucionalidade ou por via de impugnação com base em critérios objectivos-, é, ao invés, um claro entrave à implementação do TAD e não deve ser admitida (como, aliás, não foi), sob pena de perigar o direito de acesso aos tribunais e à tutela judicial efectiva.

- A emenda efectuada, após o primeiro chumbo do TC, no sentido de permitir o acesso aos tribunais do Estado, em sede de recurso, no caso, para o STA, revelou-se insuficiente, na medida em que consubstanciava um princípio de recorribilidade excepcional, apenas em casos limitados, nos termos do recurso de revista para o STA. Andou bem o TC ao negar provimento à alteração legislativa, uma vez que o direito de acesso aos tribunais e à tutela judicial efectiva continuava a ser comprimido desproporcionadamente: não havia lugar a apreciação de mérito pelos tribunais estaduais, mantendo-se o exercício privado da função jurisdicional, não obstante o pendor publicístico dos tribunais arbitrais necessários.

- A Lei nº 33/2014, que procedeu à primeira alteração à Lei nº 74/2013, instituidora do TAD, resolveu bem a controvérsia em matéria recursória, ao permitir a intervenção do TCA-

Sul, em sede de recurso, se a parte vencida assim o pretender. A recorribilidade para a ordem estadual fica assegurada, superando-se os obstáculos constitucionais. Em paralelo, estabeleceu-se a possibilidade de renúncia ao recurso à justiça “comum”, mediante acordo expresse de submissão da causa à apreciação da Câmara de Recurso do TAD. Passa-se ao domínio da arbitragem voluntária, havendo como que uma convolação do tipo de arbitragem, solução legal interessante e que salvaguarda o interesse dos litigantes.

- Não obstante, a supracitada alteração legislativa levantou um novo problema: o desrespeito pelo princípio do esgotamento dos meios jurisdicionais internos, de longa tradição na prática jurídico-desportiva. Estipulando-se o recurso directo das decisões dos CD's para o TAD, procedeu-se a um esvaziamento de competência dos CJ's das federações, que vêm a sua intervenção muito reduzida. Interrogamo-nos se esta opção não configurará, no fundo, a transformação do TAD num CJ mais sofisticado e se não conduzirá a um “entupimento” do novel tribunal, emperrando a celeridade requerida. A confirmar adiante.

- A sede do TAD, como visto e formalmente declarado, assentará arraias no COP. Os receios expressos pela doutrina não tiveram acolhimento: o COP, enquanto organização desportiva por excelência, poder-se-á ver envolvido em litígios sujeitos à apreciação do tribunal que lhe cumpre instalar. Não querendo destratar a idoneidade da instituição em causa (o mesmo se diria de qualquer outra entidade desportiva na mesma posição), o facto é que a proximidade física não é boa conselheira no âmbito dos princípios de isenção e imparcialidade. Uma localização autónoma, extra-partes, seria mais avisada. Nada feito, mas não se deixa de assinalar o receio.

- A evolução do estatuto dos árbitros constituiu uma boa notícia do decurso do procedimento legislativo. Para além dos cuidados tidos em matéria de neutralidade e independência, visíveis no regime de impedimentos dos árbitros e no método abrangente e inclusivo de designação dos mesmos, cometido à responsabilidade de variadíssimas entidades do universo jurídico-desportivo, com a chancela final do CAD, o que mais impressiona é o facto de não se exigir qualificação jurídica a determinados árbitros, que poderão ser “personalidades de comprovada qualificação científica, profissional ou técnica na área do desporto”. Trata-se de uma escolha progressista que releva o conhecimento profundo da matéria pelos julgadores, para além da qualificação jurídica (que se tenta assegurar através da imposição de uma quota de 50% de licenciados em Direito). Parece-nos um gesto acertado, na medida em que tenta conciliar a correcção jurídica das decisões arbitrais, com a sensibilidade específica dos agentes desportivos. Neste particular, merece ainda destaque a vingança de

uma norma paradigmática na redacção final da LTAD - o art.º 24º que impõe aos árbitros do TAD a incompatibilidade da função com o exercício da advocacia no mesmo tribunal.

- Em matéria de estrutura e organização do TAD, parece-nos que as orientações seguidas não oferecem grandes motivos de polémica, estando de acordo com o verificado noutras instâncias. O organograma estabelecido é pacífico e está dotado de elementos suficientes (assim que integralmente constituídos) para dar corpo ao tribunal. Para além da necessária Presidência, votada à direcção geral do TAD, deparamo-nos com dois órgãos de cúpula: o CAD e o Conselho Directivo, vocacionados para competências de natureza técnica e de administração. Os árbitros julgarão, o secretariado tratará dos trâmites legais e os serviços de mediação e consulta poderão ser espoletados a qualquer momento. Processualmente, também não parece haver razões de preocupação: estão salvaguardados os princípios basilares do processo e as regras processuais mais comuns. Contudo, a análise não pode ser completa por faltarem regulamentos específicos, ainda em preparação. Salvo dislates de última hora, não se prevê dificuldades provindas desta vertente do TAD, pelo menos, por ora.

- Finalmente, no que respeita ao capítulo do momento da instalação do TAD e da sua entrada em vigor, repete-se, por outras palavras, o que foi dito anteriormente: perfilhamos uma concepção material daquele momento. O mesmo significa dizer que dever-se-ia considerar instalado o TAD no instante em que todo o complexo normativo, físico, logístico e de recursos humanos estivesse concluído. A partir daí contar-se-ia o prazo de 90 dias, de *vacatio legis* (estabelecido pelo legislador com um fito), para a entrada em vigor efectiva do TAD e da LTAD, sem riscos de afectar a competência material dos tribunais e a preparação atempada dos cidadãos. Tal não foi o entendimento do COP, que se declarou favorável a uma instalação formal do TAD. Resultado: dia 30 de Setembro de 2015 teremos tribunal.

Retomando o título da presente exposição, cremos que o TAD significará a autonomização, já não absoluta, como se pretendia, mas tão-só relativa, da justiça desportiva nacional, em face da manutenção da intervenção dos tribunais estaduais na apreciação dos litígios desportivos, ainda que balizada. Estamos conscientes de que a instância criada não consubstanciará a panaceia das doenças que enfermam o ordenamento jurídico-desportivo, todavia, apesar dos receios expressos, acreditamos que poderá consolidar jurisprudência mais especializada, uniforme e, quiçá, de forma mais célere - o que nos suscita mais dúvidas. Doravante, aguardaremos pacientemente o início de actividade do TAD, para aferir da justeza ou da irrazoabilidade das considerações aqui produzidas, preenchidos, no entanto, de uma certeza: a justiça desportiva portuguesa nunca mais será a mesma.

Bibliografia

ALMEIDA LOPES, José Joaquim (2008). A Justiça Desportiva. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano IV, pp. 155-210.

ALVES TEIXEIRA, Carla (2014, 27 de Outubro). Um novo tribunal, as mesmas regras? (11). *A Bola*. Disponível em <http://www.abola.pt/nnh/ver.aspx?id=509336>

AROSO DE ALMEIDA, Mário & FERNANDES CADILHA, Carlos Alberto, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 3.^a edição revista, Coimbra, 2007.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ARBITRAGEM (2012), *Pronúncia sobre o Projecto de Lei n.º 236/XII/1^a (PS) e a Proposta de Lei n.º 84/XII/1^a (GOV), que criam o Tribunal Arbitral do Desporto*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO DESPORTIVO (2012), *O Tribunal Arbitral do Desporto - Contributo / Parecer*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto.

BORGES, Luís Pais (2008). Justiça desportiva: que sentido e que limites. *Desporto & Direito*, n.º 13, pp. 23-26.

CARDOSO DA COSTA, José Manuel (2008). Um Tribunal Arbitral do Desporto em Portugal: Entrevista com o Professor José Manuel Cardoso da Costa. *Desporto & Direito*, n.º 13.

CARVALHO, Maria José, *Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal*, Coimbra, 2009.

CLUNY, João Lima (2014, Fevereiro). O Tribunal Constitucional, o Tribunal Arbitral do Desporto e o recurso para os Tribunais Estaduais. *Newsletter MLGTS n.º 2*. Disponível em http://www.mlgts.pt/xms/files/Publicacoes/Newsletters_Boletins/2014/2a_Newsletter_de_Desporto_PT-.pdf

COMISSÃO PARA A JUSTIÇA DESPORTIVA, *Tribunal Arbitral do Desporto - Relatório e Projecto*, Ministério da Justiça - Secretaria de Estado da Justiça - e Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, Lisboa, 2011.

COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL (2012), *Parecer n.º 19/ASS/2012*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2012), *Parecer do Gabinete de Apoio sobre os Projectos de Lei que, num caso, procede à criação do Tribunal Arbitral do Desporto e no outro cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a Lei do Tribunal Arbitral do Desporto*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA (2014), *Parecer sobre o Projecto de Lei nº 523/XII/3ª*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (2012), *Parecer do C.S.M.P - Projectos de Proposta de Lei que procedem à criação do Tribunal Arbitral do Desporto*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (2012), *Parecer sobre Projecto de Lei nº 236/XII/1ª (PS) e Proposta de Lei nº 84/XII/1ª (GOV)*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto.

CORREIA, João (2004). Princípios para um Novo Contencioso Desportivo. *Separata do I Congresso de Direito do Desporto*, Coimbra, pp. 77-83.

CORREIA, João & PEREIRA SEIXAS, José Luís (2009). Em Defesa da Justiça Desportiva: Uma Vez Mais. *Desporto & Direito*, nº 19, pp. 49-60.

CORREIA, João & PEREIRA SEIXAS, José Luís (2007). Justiça Desportiva: que Sentido e que Limites. *Desporto & Direito*, nº 11, pp. 221-238.

DIAS FERREIRA, Carlos André (2015, 28 de Maio). Qual é o Problema?. *Record*. Disponível em <http://www.apdd.pt/admin/manage/files/files/artigos/eng/Cronica%2027%20-%2028-05-2015.pdf>

FERNANDEZ, Elizabeth, *Notas sobre a excecionalidade da revista no processo administrativo*, Cadernos de Justiça Administrativa, nº 60, 2006, pp. 26-27.

FLAMÍNIO DA SILVA, Artur & MIRANTE, Daniela (2011). Algumas Notas Sobre o Estatuto dos Árbitros do Tribunal Arbitral do Desporto: uma análise à luz do relatório e do projecto da Comissão para a Justiça Desportiva. *Desporto & Direito*, nº 26, pp. 219-299.

GOMES CANOTILHO & VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. II, 4ª edição, Coimbra.

MEIRIM, José Manuel, *A Federação Desportiva como Sujeito Público do Sistema Desportivo*, Coimbra, 2002.

MEIRIM, José Manuel (2015, 05 de Julho). É o Tribunal Arbitral do Desporto uma mercearia?. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/desporto/noticia/e-o-tribunal-arbitral-do-desporto-uma-mercearia-1701045?frm=ult>

MEIRIM, José Manuel, *O Desporto que os Tribunais Praticam*, Coimbra, 2014.

MEIRIM, José Manuel (2014, 16 de Abril). O “novo” Tribunal Arbitral do Desporto. *A Bola*. Disponível em <http://www.abola.pt/nnh/ver.aspx?id=472433>

MEIRIM, José Manuel (2013, 13 de Janeiro). O Tribunal Arbitral do Desporto: alguns mitos (1)?. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/desporto/noticia/o-tribunal-arbitral-do-desporto-alguns-mitos-1-1580551>

MEIRIM, José Manuel (2015, 07 de Junho). O Tribunal Arbitral do Desporto: questões 1. *A Bola*. Disponível em <http://www.abola.pt/nnh/ver.aspx?id=553535>

MEIRIM, José Manuel (2015, 18 de Junho). O Tribunal Arbitral do Desporto: questões 2 Primeira parte. *A Bola*. Disponível em <http://www.abola.pt/nnh/ver.aspx?id=555497>

MEIRIM, José Manuel (2015, 28 de Junho). O Tribunal Arbitral do Desporto: questões 2 - segunda parte. *A Bola*. Disponível em <http://www.abola.pt/nnh/ver.aspx?id=557189>

MEIRIM, José Manuel (2013, 24 de Novembro). Para onde vais, Tribunal Arbitral do Desporto?. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/desporto/noticia/para-onde-vais-tribunal-arbitral-do-desporto-1613675>

MEIRIM, José Manuel (2013, 22 de Abril). Porquê a necessidade de um Tribunal Arbitral do Desporto?. *Advocatus*. Disponível em <http://www.advocatus.pt/opini%C3%A3o/7686-porqu%C3%AA-a-necessidade-de-um-tribunal-arbitral-do-desporto.html>

MEIRIM, José Manuel (2014, 30 de Março). Tribunal Arbitral do Desporto ou novo Conselho de Justiça?. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/desporto/noticia/tribunal-arbitral-do-desporto-ou-novo-conselho-de-justica-1630273>

MEIRIM, José Manuel (2013, 04 de Abril). Tribunal Constitucional -12-, Tribunal Arbitral do Desporto -1-. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/desporto/noticia/tribunal-constitucional-12-tribunal-arbitral-do-desporto-1-1592768>

MEIRIM, José Manuel (2012), *Um Tribunal Arbitral do Desporto em Portugal*, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - Grupo de Trabalho - Tribunal Arbitral do Desporto.

MONHEIM, Dirk, “Die Vereinbarkeit von Schiedsabreden und Schiedsgerichten im Sport mit dem Rechtsstaatprinzip” in *Facetten des Sportrechts*, Berlim, Duncker & Humblot, 2009.

NOBRE FERREIRA, Miguel (2007, 26 de Novembro). O Tribunal Arbitral do Desporto. *APDD*. Disponível em

<http://www.apdd.pt/admin/manage/files/files/artigos/eng/Cronica%20nf.1.pdf>

PEDRO GONÇALVES, “Administração Pública e arbitragem - em especial, o princípio legal da irrecorribilidade de sentenças arbitrais”, *Estudos em Homenagem a António Barbosa de Melo*, Coimbra, 2013, pp. 777-801.

PEDRO GONÇALVES, *Entidades Privadas com Poderes Públicos*, Coimbra, 2005.

PESSANHA, Alexandra, *As Federações Desportivas - Contributo para o Estudo do Ordenamento Jurídico Desportivo*, Coimbra, 2001.

VIEIRA DA CRUZ, Marta (2014, 22 de Outubro). O Tribunal Arbitral do Desporto - Um primeiro passo em frente (10). *A Bola*. Disponível em <http://www.abola.pt/nnh/ver.aspx?id=508180>

VIEIRA DA CRUZ, Marta (2014, 18 de Abril). Tribunal Arbitral do Desporto: À terceira será de vez? (4). *A Bola*. Disponível em <http://www.abola.pt/nnh/ver.aspx?id=472738>

VIEIRA DE ANDRADE, *A Justiça Administrativa*, 12ª edição. Coimbra, 2012.

VITAL MOREIRA, *Administração Autónoma e Associações Públicas*, Coimbra, 1997.

Jurisprudência

Acórdão do STA, de 10/09/2009, Processo nº 120/08, publicado nos Cadernos de Justiça Administrativa n.º 83, pág. 12

Acórdão do STA, de 04/06/2013, Processo nº 0646/13, disponível em <http://www.dgsi.pt/>

Acórdão do STA, de 03/10/2013, Processo nº 01244/13, disponível em <http://www.dgsi.pt/>

Acórdão do TC, nº 230/86, de 08/07/1986. Processo nº 178/84. Diário da República nº 210 - 1ª Série, de 12 de Setembro de 1986, pp. 2540 e segs.

Acórdão do TC, nº 52/92, de 05/02/1992. Processo nº 10/89. Diário da República - 1ª Série-A, de 14 de Março de 1992, pp. 1315 e segs.

Acórdão do TC, nº 757/95, de 20/12/1995. Processo nº 128/94. Diário da República - 2ª Série, de 27 de Março de 1996.

Acórdão do TC, nº 262/98, de 05/03/1998. Processo nº 140/95.

Acórdão do TC, nº 230/2013, de 24/04/2013. Processo nº 279/2013. Diário da República nº 89 - 1ª Série, de 9 de Maio de 2013, pp. 2782 e segs.

Acórdão do TC, nº 781/2013, de 20/11/2013. Processo nº 916/13. Diário da República nº 243 - 1ª Série, de 16 de Dezembro de 2013, pp. 6807 e segs.